



ELQ



PORTE
PAGO

ANO X
N.º 119
MENSAL
MARÇO
1984
PREÇO 20\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL EXTRAORDINÁRIA

- SÓCIOS SUBSCRITORES DE DOCUMENTO CALUNIOSO SUSPENSOS POR 2 ANOS
- QUOTAS ACTUALIZADAS PARA 70\$00 ● PRÉDIO DEGRADADO VAI SER VENDIDO
- DELEGAÇÃO DO PORTO VAI IMPULSIONAR COOPERATIVA DE HABITAÇÃO

(Pág. 6)

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos do art.º 27.º dos Estatutos, convocam-se todos os sócios para a Assembleia Geral Nacional Ordinária, a realizar no próximo dia 14 de Abril de 1984 (sábado), com início às 14 horas, no anfiteatro do Liceu Nacional Rodrigues de Freitas, sito na Praça Pedro Nunes (junto à igreja de Cedofeita), na cidade do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. a) Aprovação do Relatório de Actividades do Conselho Nacional e Relatório e Contas da Direcção Central e respectivo Parecer do Conselho Fiscal Central relativos a 1983.
b) Actualização de quotas para 1985.
2. Reivindicações da ADFA para 1984.

ADFA, 20 DE Março de 1984.

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

O Presidente

António J. Lavouras Lopes

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA DIA 14 DE ABRIL NO PORTO — NO LICEU NACIONAL RODRIGUES DE FREITAS (PRAÇA PEDRO NUNES)

(Pág. 7)

COMEMORAÇÕES DO 10.º ANIVERSÁRIO E REIVINDICAÇÕES PARA 1984 MARCAM INTENSA ACTIVIDADE DA ADFA

- PRESIDENTE DA REPÚBLICA CONCEDE AUDIÊNCIA
- SECRETÁRIO DE ESTADO DA DEFESA NACIONAL ANALISA REIVINDICAÇÕES COM ABERTURA E RECEPTIVIDADE
- DISPONIBILIDADE E EMPENHAMENTO DO SECRETÁRIO NACIONAL DE REABILITAÇÃO
- APOIO DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

(Pág. 2)

ADFA PARTICIPOU EM REUNIÃO DA FMAC



Os participantes na Reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus da FMAC

(Pág. 3)

ACÇÕES DO 10.º ANIVERSÁRIO DA ADFA

PÁGS. CENTRAIS

- LEI ORGÂNICA DO SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO EM DISCUSSÃO. (Pág. 16)
- 15.º CONGRESSO DA REHABILITATION INTERNATIONAL EM LISBOA. (Pág. 16)

- FILHOS DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS PODERÃO SER DISPENSADOS DO SERVIÇO MILITAR. (Pág. 5)
- ACTUALIZAÇÃO DE PENSÕES. (Pág. 5)
- REPORTAGEM SOBRE A FUNDAÇÃO SAIN. (Pág. 11)

PARA APRESENTAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES DA ADFA PARA 1984

DIRECÇÃO CENTRAL ESTÁ A SER RECEBIDA POR VÁRIAS ENTIDADES

Na sequência da aprovação do programa das comemorações do 10.º aniversário pela última Assembleia Geral Nacional, a Direcção Central da Associação tem vindo a fazer várias diligências no sentido de divulgar junto da opinião pública e das entidades responsáveis os objectivos das comemorações e as reivindicações aprovadas, por cuja satisfação a ADFA se baterá durante o ano de 1984.

No dia 15 de Fevereiro, a Direcção deu uma conferência de imprensa, na qual teve oportunidade de divulgar, perante alguns jornais, rádio e televisão, o programa das comemorações do 10.º aniversário da Associação e de explicitar o sentido das reivindicações a serem satisfeitas durante este ano. Na altura, foi distribuído aos jornalistas

presentes uma brochura elaborada pela Associação, onde são enunciados as reivindicações aprovadas pela Assembleia Geral Nacional e feito o seu enquadramento histórico, com uma sequência cronológica dos vários passos dados pela ADFA, desde a sua fundação, na luta pela publicação de nova legislação. Aí são indicados os sucessos e insucessos da Associação, as conquistas obtidas e as injustiças que ainda subsistem. Com esta publicação que está também a ser entregue às várias entidades a quem a Direcção tem solicitado audiências, a ADFA pretende deixar claros os fundamentos das suas pretensões, salientando ao mesmo tempo as Injustiças que, 10 anos depois de terminada a guerra, se mantêm.

Presidente da República
vai receber
Direcção da ADFA

A ADFA pretende levar em mão ao senhor Presidente da República as deliberações da última Assembleia Geral Nacional, dando-lhe conta da ênfase que a Associação está a pôr nas comemorações do 10.º aniversário e do empenhamento colocado na luta pela satisfação das reivindicações para este ano. Solicitada uma audiência, a mesma irá ser concedida em fins de Março. Nesta audiência a Direcção da ADFA irá convidar formalmente o senhor Presidente da República, conforme desejo manifestado pela Assembleia Geral Nacional, para presidir à sessão solene que se realizará no dia 14 de Maio na sede da Associação, assinalando a data do 10.º aniversário.

Receptividade
do Secretário de Estado
da Defesa Nacional
perante
as reivindicações
da ADFA

A Direcção Central da ADFA foi recebida pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional no passado dia 15 de Março. Depois de lhe ter apresentado as conclusões da última Assembleia Geral Nacional sobre as comemorações do 10.º aniversário e sobre as reivindicações, a direcção teve oportunidade de analisar com aquele membro do Governo algumas destas últimas.

Foi posta uma tónica especial na recriação da CMRA (Comissão Militar de Reabilitação e Assistência) no Ministério da Defesa Nacional, tendo o senhor secretário de Estado deixado antever a possibilidade de isso se concretizar no âmbito da elaboração da nova lei orgânica do Ministério,

cujos trabalhos estão em curso. Esta lei deverá ser aprovada em Conselho de Ministros em Abril, esperando-se, em breve, saber se foi ou não levada em consideração a pretensão da ADFA.

Relativamente os projectos de legislação cuja aprovação a Associação reclama, ficou-se a saber que se encontra já elaborado e pronto para a aprovação em conselho de Ministros um projecto de diploma tornando extensivo aos milícias os direitos dos DFA consignados no Decreto-Lei n.º 43/76.

A acumulação de pensões dos Deficientes das Forças Armadas que foram trabalhadores da Função Pública encontra-se em fase avançada de resolução, estando pronto a respectivo projecto faltando apenas a previsão de custos, que está, neste momento, a ser elaborada pelo Secretariado Nacional de Reabilitação. Também pronto para aprovação está o projecto de acumulação de pensão e vencimento dos DFA que trabalham na Função Pública, faltando apenas o parecer favorável do Ministério das Finanças. A concordância deste Ministério quanto a este assunto não parece, contudo, fácil de ser obtida.

Menos viáveis parecem ser as outras reivindicações da Associação, nomeadamente a publicação da lei dos grandes deficientes, a extensão de direitos dos DFA aos deficientes do serviço e o alargamento do Decreto-Lei n.º 43/76 aos deficientes em serviço em zonas operacionais e com 60% ou mais de incapacidade. Este último projecto continua dependente do parecer do Estado-

-Maior-General das Forças Armadas que parece não concordar, para não se descaracterizar o conceito de campanha.

Nesta audiência concedida pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional foi ainda tratada a questão das instalações, nomeadamente da sede da Associação e da delegação do Porto. Quanto ao Palácio da Independência, o senhor Secretário de Estado decidiu empenhar-se directamente no sentido de encontrar uma solução. Para isso vai convocar todas as partes interessadas, incluindo a ADFA. Quanto à delegação do Porto, a Direcção solicitou que o senhor Ministro da Defesa Nacional visitasse directamente as instalações, a fim de, «in-loco», se inteirar da situação e melhor poder posteriormente interferir no sentido de se encontrar a solução pretendida pela Associação.

O secretário de Estado da Defesa Nacional, nesta audiência, revelou, assim, uma receptividade bastante grande perante as reivindicações da Associação, assumindo a responsabilidade de as equacionar e acompanhar, em articulação com outros departamentos.

Disponibilidade
e apoio do Secretário
Nacional de Reabilitação

O Secretário Nacional de Reabilitação foi a primeira entidade a receber a Direcção da ADFA, no âmbito desta série de audiências. Na entrevista, que teve lugar no passado dia 1 de Março, o Secretário Nacional de Reabilitação, Bobela Mota, manifestou, perante as pretensões da ADFA para 1984, todo o seu apoio.

«TESTEMUNHOS DA GUERRA COLONIAL»

Dentro das actividades do X aniversário, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas pretende fazer uma recolha de testemunhos sobre a guerra colonial.

Além de testemunhos sobre a forma de relatos escritos, estamos vivamente interessados em outros documentos como: fotos, aerogramas, cartas, ou outros documentos que tenham ligação com a experiência da guerra colonial.

Com esta iniciativa queremos organizar um arquivo com documentos e relatos de factos e experiências de todos aqueles, deficientes ou não que tenham estado em qualquer das três frentes de batalha — Guiné, Angola, Moçambique.

Para colaborarem nesta nossa recolha poderão escrever-nos enviando os vossos testemunhos para: Redacção do Jornal ELO — Palácio da Independência — Largo de São Domingos 1194 Lisboa Codex.



A Direcção Central durante a Conferência de Imprensa

Especialmente tratada nesta audiência foi a questão da CMRA, manifestando o Secretário Nacional a sua concordância com a recriação deste órgão no Ministério da Defesa Nacional, local adequado, contrariamente ao Secretariado, que não está vocacionado para o tratamento específico dos problemas dos deficientes militares. Assim, o projecto de lei orgânica do SNR, a que fazemos referência noutra local, não prevê qualquer serviço próprio para

Chefe do Estado-Maior
do Exército
manifesta apoio

O chefe do Estado-Maior do Exército, general Salazar Braga, recebeu a Direcção da ADFA no passado dia 9 de Março. Depois de apresentação das deliberações da última Assembleia Geral Nacional, sobre o 10.º aniversário e as reivindicações, a ADFA solicitou

o tratamento dos assuntos dos Deficientes das Forças Armadas.

Nesta entrevista concedida por Bobela Mota, foi abordada a dinâmica do próprio Secretariado, que deverá ser lançada na sequência da aprovação, em breve, da nova lei orgânica. O Secretariado contará, depois, salientou Bobela Mota, com a participação das Associações de Deficiente, condição necessária para que o Secretariado atinja os seus fins.

ao Chefe do Estado-Maior do Exército o seu apoio para que os ainda existentes problemas das Deficientes das Forças Armadas encontrem uma solução rápida. Especialmente focado foi a questão da CMRA, para cuja recriação no Ministério da Defesa Nacional o ge-

neral Salazar Braga prometeu o seu apoio. Para as restantes questões, o Chefe do Estado-Maior do Exército manifestou grande abertura e disponibilidade, garantindo o seu empenhamento em tudo o que esteja ao seu alcance.

No dia 13 de Março, a Direcção da ADFA foi recebida pelo Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, tendo-lhe comunicado também as preocupações da associação neste momento e solicitando igualmente o apoio daquele ramo das Forças Armadas.

Aguarda-se, para breve a realização de outras entrevistas já solicitadas, nomeadamente com o Presidente da Assembleia da República, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Grupos Parlamentares, Chefe do Estado-Maior da Armada e Administrador da Caixa Geral de Aposentações.

CAMPISMO À VENDA SELOS PARA 1984

Como oportunamente foi divulgado, a ADFA possui uma Secção de Campismo filiada na Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo, através da qual os nossos sócios e seus familiares directos poderão obter a Carta de Campista Nacional, Internacional ou juvenil sem qualquer encargo adicional.

Já se encontram à disposição dos interessados, na Secção de Campismo da ADFA, os selos para actualização das respectivas cartas referentes a 1984.

Para uma informação mais completa, juntamos uma lista dos preços para 1984.

1. Carta de Campista Nacional:	
Revalidação	200\$00
Passagem Inicial	300\$00
2. Carta de Campista Internacional:	
Revalidação	200\$00
Passagem Inicial	200\$00
3. Carta Juvenil:	
Revalidação:	50\$00
Passagem Inicial	100\$00

FEDERAÇÃO MUNDIAL DOS ANTIGOS COMBATENTES

COMISSÃO PERMANENTE PARA OS ASSUNTOS EUROPEUS

AGENDOU REUNIÃO EM PORTUGAL PARA 1985

A realização em Portugal da próxima Reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus (CPAE) da FMAC, no primeiro trimestre de 1985, foi aceite por unanimidade pelos participantes da reunião da CPAE, que decorreu de 26 a 28 de Janeiro, em Altan, na Alemanha. A escolha de Portugal foi proposta pelo Secretário-Geral da FMAC, Serge Wourgaft, tendo a ADFA sido representada através do 1.º-Secretário da Direcção Central, Mário Dias, na reunião da CPAE.

A Direcção Central enviou um dos seus membros à reunião da CPAE, apesar das dificuldades financeiras, ensaiando uma participação mais activa no seio da FMAC, como vinha sendo solicitado, e tendo em conta o papel importante que a FMAC desempenha a nível internacional.

Estiveram presentes na reunião da CPAE delegações da Alemanha, França, Inglaterra, Holanda, Noruega, Áustria, Finlândia, Turquia e Portugal, tendo sido a associação alemã VDK a organizadora da reunião. As delegações foram instaladas numa casa de repouso, propriedade da UDK, sem barreiras arquitectónicas.

As sessões da reunião da CPAE foram orientadas pela Comissão de Suporte Financeira, pela Comissão para a Cooperação Europeia e pela Comissão para os Assuntos Sociais. Apresentamos em seguida os resultados das sessões sobre Suporte Financeiro e da Cooperação Europeia, e as conclusões comunicadas por Mário Dias no seu relatório, sendo focados nas conclusões os resultados da sessão para os Assuntos Sociais.

Suporte Financeiro

Sessão presidida por Theo de Mooij, Holanda, em que se debateu a situação da Fundação Mundial dos Antigos Combatentes, nascida na Holanda há quatro anos e destinada a apoiar financeiramente a FMAC. Apesar dos apelos feitos, o capital inicial da Fundação, 550 000 florins doados por um grupo multinacional, ainda não foi transferido para a FMAC, por uma das cláusulas da doação determinar que haja uma cooperação internacional a nível de donativos. A Inglaterra, a Alemanha e a Finlândia vão contribuir extraordinariamente, a fim de desbloquear o donativo holandês, enquanto a Áustria e a Suécia estudam formas de contribuição.

Cooperação Europeia

Esta sessão foi presidida por Jan Ørner, da Noruega. A delegação francesa, que assistiu em Dakar à reunião

da Comissão Permanente para os Assuntos Africanos, apresentou os resultados obtidos no campo da cooperação entre a Europa e a África.

A Alemanha propôs que fosse levado à reunião de Moscovo o problema da cooperação e auxílio aos países africanos, tendo o Secretário-Geral entendido que as relações Leste/Oeste já são um assunto bastante complexo para preencher totalmente a agenda, posição que foi aceite por todas as representações.

No âmbito da paz e do desarmamento foi focada a Conferência de Madrid, tendo sido criado um grupo de trabalho para o estudo das acções da FMAC, com vista à aplicação do documento saído de Madrid, agendando-se para a próxima reunião sobre o desarmamento, a realizar na Jugoslávia, o debate do mesmo assunto.

No campo da cooperação com instituições intergovernamentais, foi referido a existência de um gabinete especial para Deficientes, junto do Conselho da Europa, com o qual a FMAC tem ligações, que não estão a funcionar convenientemente. Vão ser estudadas as formas de poder fazer funcionar tais ligações, aproveitando para tal, a eleição de deputados ao Conselho da Europa.

Conclusões

Após terem sido encerrados os trabalhos na CPAE, distribuídos pelas várias comissões das quais já apresentei relatório sucinto, a impressão mais marcante é a de que a FMAC é uma verdadeira organização mundial. A forma organizada, eficiente e clara como foram tratados todos os pontos da agenda são disso prova inequívoca.

Se atendermos ao facto de que estamos perante uma organização que alberga no seu seio representantes de 52 países, num total de cerca de 20 milhões de associados (número que pode vir a aumentar num futuro próximo) e que desempenha um papel importante como organismo consultivo da ONU no que se refere ao desarmamento, mantendo também relações de cooperação com: UNESCO, UNICEF, OMS, OIT, FAO, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, Conselho da Europa, CEE, OUA, teremos de concluir que se trata efectivamente de uma organização reconhecida internacionalmente, e como tal a ADFA só terá a ganhar se optar por uma participação mais activa nas actividades da FMAC. Um exemplo no que acabo de referir é o facto do Senhor Helmut Schmit ter integrado o grupo de trabalho da Comissão de Cooperação Europeia até à reunião anterior, efectuada em Maio de 83, em Semmering — Áustria.

No âmbito do trabalho das comissões, a Comissão da Cooperação Europeia está vocacionada essencialmente para a discussão dos problemas do desarmamento e da paz. A do suporte financeiro procura angariar fundos para a FMAC, mas dada a nossa situação financeira, penso que por agora não será de contribuir em termos económicos, além de que ao organizar a próxima reunião da CPAE em Portugal estamos a colaborar de forma decisiva para que a FMAC possa desenvolver a sua actividade.

De todas as comissões é a dos Assuntos Sociais, sem

dúvida, a que tem mais interesse para a ADFA, dada a sua temática. Passo a transcrever a ordem de trabalhos, cujos pontos foram os seguintes:

- 1 — Abertura da reunião.
- 2 — Aprovação do relatório da reunião anterior.
- 3 — Cooperação entre a CPAE e a CPAA.
- 4 — Apadrinhamentos.
- 5 — Cooperação na Europa sobre informação médico-social.
- 6 — Situação dos antigos combatentes que mudaram de nacionalidade ou que residem no estrangeiro.
- 8 — O que se fez ou o que há a fazer com as outras recomendações das reuniões precedentes.
- 9 — Pôr em marcha na Europa a Convenção 159 e recomendação 168 da OIT, referente à readaptação e emprego de Deficientes.
- 10 — Lugar dado ou a dar na Europa às decisões da 17.ª Assembleia Geral.
- 11 — Data e lugar da próxima reunião.
- 12 — Questões diversas.

Em relação aos pontos 7 e 9, respectivamente programa e acção para a década dos Deficientes e Convenção 159 e Recomendação 168 da OIT, será necessário levar a cabo uma auscultação a nível nacional, sobre o que existe acima destes assuntos, pois estão a ser elaborados estudos em cada um dos países participantes na Reunião de Altan, e vai ser solicitado relatório à ADFA sobre esta questão. Em relação à Convenção 159, urge confirmar a ratificação da mesma por Portugal.

Constatai através das trocas de impressões e conversas de corredor mantidas com elementos das várias Associações que estas, dispondo já de grande experiência e conhecimentos acumulados ao longo dos anos, nos podem ser bastante úteis em vários domínios, como o da legislação aplicada em cada um desses países.

Junto a este relatório os endereços das pessoas a quem nos podemos dirigir solicitando informações sobre legislação.

As questões colocadas devem ser precisas sob risco de não obter respostas concretas, dada a extensão da legislação existente.

Das informações colhidas ressaltam alguns pontos, não só pela unanimidade com que são partilhados por todas as outras delegações mas também pela urgência da sua discussão no nosso país. Entre eles destaco os seguintes:

- 1 — É necessário fazer com que a opinião pública tome conhecimento da problemática dos Deficientes em geral e dos Deficientes militares em particular. Os meios de Comunicação Social podem contribuir de uma forma decisiva para a referida sensibilização da opinião pública e nessa medida facilitar a reintegração social e profissional dos Deficientes.
- 2 — As dificuldades económicas dificultam a inserção plena dos deficientes na sociedade.
- 3 — Em todos os países da Europa se verifica um tratamento privilegiado dos Deficientes militares

(Continua na pág. 12)

EDITORIAL

Desde há algum tempo atravessamos inegavelmente um período em que se criou, entre nós, o hábito de analisar as questões da vida nacional comparativamente em relação aos outros países, e mais particularmente da Europa, de que geograficamente fazemos parte, e na qual nos tentamos integrar. Apesar de já dissecados os mais variados assuntos, desde o consumo de pasta de dentes até problemas como produtividade, desemprego, inflação etc., existe, pelo menos, um espaço que ainda não foi tratado. E este espaço, fazendo fé em estatísticas, corresponde a cerca de 10% da população nacional, ou seja, cerca de um milhão de portugueses. Não me refiro aos desempregados, nem aos emigrantes, nem tão pouco ao número de abortos praticados no nosso país, mas sim aos deficientes portugueses.

Sem pretensões de levar a efeito uma investigação exaustiva desta matéria, ressalta, por demais evidente, o facto de nos situarmos na estaca zero em relação ao que se passa na Europa a nível de deficientes. Noutros capítulos, como alguns que referi anteriormente, ainda pode haver uma base de comparação, porém no aspecto da problemática dos deficientes é extremamente difícil estabelecer qualquer tipo de paralelismo na medida em que não existe positivamente nada de concreto neste sector.

Após um ano internacional do deficiente, em plena década mundial dos deficientes, lançada pela ONU, será talvez altura de acordar e dar os primeiros passos. Não se veja nestas palavras, um pouco amargas, só uma tentativa de culpa-

bilizar quem, à partida, tem o poder e o dever de solucionar estes problemas. Embora com uma quota parte de responsabilidade, serão talvez os deficientes os principais culpados, na medida em que foram incapazes até agora, de criar um movimento associativo forte e apto a reivindicar os direitos legítimos que lhes assistem.

Voltando um pouco atrás, e de acordo com a experiência colhida por outros países da Europa temos de tomar em consideração um elemento essencial — a consciencialização da opinião pública para o que é um deficiente, quais os problemas que se lhe levantam e a forma de os ultrapassar. Sem ter sido atingido este objectivo pouco pode ser feito pela integração sócio-profissional do deficiente que continuará a encontrar uma barreira intransponível, ou seja, a marginalização a que é votado pela comunidade. Neste capítulo têm particular responsabilidade os órgãos de Comunicação Social que, como veículos de informação e formação da opinião pública têm ao seu alcance a possibilidade de concretizar esta etapa fundamental.

Passo agora a traçar paralelos entre o nosso país e a maioria dos países europeus, no que diz respeito a esta temática. Na Europa todos os governos e respectivas sociedades, aceitaram já as suas guerras e o produto directo destas, os deficientes, e particularmente os deficientes militares. Nesta medida, todos os países assumiram as responsabilidades que lhes cabem nesta matéria e proporcionaram todas as condições necessárias para uma efectiva reintegração

É ponto assente que, embora os estados te-

nham o dever de proporcionar a todos os deficientes condições que minorem as suas deficiências, os deficientes militares tenham tratamento privilegiado, pois ao contraírem as suas deficiências ao serviço das nações, estas têm para com eles uma responsabilidade muito maior.

Após a consciencialização dos governos e opinião pública a vida dos deficientes europeus, nomeadamente os militares, torna-se fácil, dado que lhe são facultados os meios necessários para que a sua integração social seja um facto.

Entre nós, infelizmente, nada disto aconteceu. Em primeiro lugar ainda não assumimos as nossas guerras e passados dez anos sobre o seu termo não foram discutidas a nível da opinião pública. No nosso país, há até quem considere os DFA's privilegiados, pois podem comprar carro sem impostos de 5 em 5 anos, embora esta regalia seja também já extensiva aos deficientes civis. A título de exemplo posso referir que na Holanda, quando um deficiente militar necessita de carro este é-lhe dado, pois tal como uma prótese é considerado como meio de compensação da deficiência. Muitos outros aspectos poderiam ser apontados, porém, conscientes das realidades e limitações do nosso país, não pretendentes de imediato as condições dos deficientes europeus, mas tão somente que comecem a ser dados os passos necessários em direcção ao compromisso a nação para com os seus deficientes militares e da formação da opinião pública sobre este aspecto, para que o deficiente, e o deficiente militar em particular, seja aceite e respeitado por toda a sociedade como sucede no resto da Europa.

SEGUROS DE VIDA — GRUPO EM CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA OS SÓCIOS

Conforme notícia já publicada anteriormente (ver Elo de Dezembro) entre a ADFA e a Fidelidade grupo Segurador foram estabelecidos 2 contratos de Seguro de Vida-Grupo em condições e custos especiais para os nossos Sócios.

Estes contratos deram origem a duas Apólices assinadas em Janeiro do corrente ano beneficiando ambos do novo enquadramento legal em que se insere, desde 01/01/84, a exploração dos Seguros de Vida no n.º País.

Aquele enquadramento motivou algumas alterações nomeadamente na forma de cálculo do custo do Seguro, tendo beneficiado substancialmente as Pessoas de idades mais baixas nas quais se situa a maioria dos nossos Sócios.

Como resultado da assinatura das Apólices tornou-se imediatamente possível a sua subscrição por todos os interessados, pelo que é oportuno recapitular as bases essenciais destes dois Seguros.

Seguro crédito-habitação

Destina-se a quem recorreu ou vai recorrer à linha especial de crédito para Habitação na Caixa Geral de Depósitos.

Este Seguro, economicamente mais vantajoso, funciona durante todo o prazo de empréstimo, garantindo por Morte do Aderente o pagamento do montante que na altura estiver em dívida, à Caixa Geral de Depósitos.

O custo do Seguro que é determinado em função do valor de crédito, decresce anualmente na mesma proporção da dívida e será descontado em prestações mensais na conta de Depósito à ordem que o Associado possuir na Caixa Geral de Depósitos.

Aquela instituição de Crédito dá todo o apoio à concretização deste Seguro.

Todas as informações poderão ser obtidas na Sede da ADFA ou na Fidelidade Grupo Segurador, bem como nas Delegações de ambas existentes a nível regional, onde igualmente poderá ser preenchida a respectiva documentação.

Seguro de Adesão Facultativa

Esta segunda Apólice possibilita a todos os nossos Associados adquirir em condições económicas muito vantajosas um Seguro de Vida a favor dos Beneficiários que queiram designar.

Cada Pessoa tem à sua disposição 3 escalões de capitais, optando por aquele que melhor se ajuste ao seu caso pessoal.

Estes escalões de capital são:

- A — 250 000\$00
- B — 500 000\$00
- C — 750 000—00

O Seguro garante, por Morte (ou Doença Acidente) até aos 65 anos de idade, o pagamento aos Beneficiários designados do valor correspondente ao escalão pelo qual optou.

O custo do Seguro determina-se em tabela própria de acordo com a idade do Associado. Podemos informar a título de exemplo que uma pessoa com menos de 45 anos de

idade pagará mensalmente 141\$00, 282\$00 e 422\$00 conforme tenha optado pelo Escalão A, B ou C, respectivamente.

O custo é debitado mensalmente na conta à ordem que cada Associado tem na Caixa Geral de Depósitos, sem qualquer encargo adicional.

As Condições Especiais que estão na base deste Seguro só são possíveis por se tratar de um Contrato em Grupo e para se manterem há necessidade de uma grande adesão dos nossos Associados.

A previdência pessoal faz parte das preocupações de todas as Pessoas com responsabilidades pessoais ou familiares e o imponderável pode surgir quando menos se espera.

A oportunidade de cada Pessoa poder atenuar esse imponderável foi conseguida com a assinatura desta Apólice. É um grande benefício de que só podem usufruir os nossos Associados, o qual por certo não deixarão de utilizar.

Outros esclarecimentos sobre este Seguro podem ser obtidos nos mesmos locais já indicados para o de Crédito-Habitação.

Para conveniência dos nossos Associados que residem nos diversos locais do País publicamos a morada das Delegações de Fidelidade-Grupo Segurador que poderão contactar.

Para sua comodidade pode ainda dirigir-se directamente ao Departamento de Seguros de Vida da Fidelidade, preenchendo e remetendo o destacável que para o efeito encontrará neste Jornal.

Sede:	4000 PORTO
Apartado 1501	Rua da Alegria, 791
1013 Lisboa Codex	Tel. 02/566735
Endereço telegráfico-FIDGRUP	4000 PORTO
Telex 18823 FIDGRUP	Rua de Sá da Bandeira, 90-1.º
1200 LISBOA	Tel. 02/21634
Largo do Corpo Santo, 13	4000 PORTO
Telex. 371041-360321	R.º de Sá da Bandeira, 819-5.º-Dt.º
1000 Lisboa	Tel. 02/20802
Rua Martens Ferrão, 11	Serviços clínicos
Tel. 562441	4000 PORTO
1000 LISBOA	Rua do Bonjardim, 628
R. de S. Sebastião da Pedreira, 17	Tel. 02/311053
Tel. 562441	Centro
1000 LISBOA	3000 COIMBRA
Rua Almirante Barroso, 32	Av. Fernão de Magalhães, 449-r/c
Tel. 576057	Tels. 039/24209-22924-20162-251-28901-28902
1000 LISBOA	Madeira
Rua Andrade Corvo, 27	9000 FUNCHAL
Tels. 557120-557127	Rua do Aljube, 61-1.º
Ramos Vidal	Tels. 091/25234-25235-25236-20051
1200 LISBOA	Representações Regionais
Rua 1.º Dezembro, 101-1.º	2200 ABRANTES
Tels. 328142-373636-373638	Praça Barão da Batalha, 24-1.º-Dt.º
Serviços clínicos	Tel. 041/22261
1200 LISBOA	3750 ÁGUEDA
Rua Ivens, 25	Rua Luís de Camões, 93-1.º
Tels. 373801-/2/3/4/5/6/7/8/9	Tel. 034/62655
1300 LISBOA	8200 ALBUFEIRA
Rua Tenente Valadim	Rua 5 de Outubro, 14
Tel. 603268	Tel. 089/53823
Filiais	2800 ALMADA
Norte	Av. D. Nuno Álvares P.º lote 4-B
4000 PORTO	Tels. 2768035-2768421
Rua do Bolhão, 221-B	
Tels. 02/311053-318546-316757	

2700 AMADORA	5370 MIRANDELA
Avenida Elias Garcia, 229-A	Rua de Santo António, 55-57
Tels. 936144-936169	Tel. 0508/22562
4600 AMARANTE	5200 MOGADOURO
Rua 5 de Outubro, 18	Largo Trindade Coelho
Tel. 025/422096	Tel. 094/52300
3800 AVEIRO	2870 MONTIJO
Praça Dr. Joaquim Melo Freitas, 1	Rua José Joaquim Marques, 103
Tels. 034/27482/24967-21879-29924	Tels. 2313303-2311646
7800 BEJA	3520 NELAS
Praça da República, 40	Rua Gago Coutinho, 46-48
Tels. 084/26016-23654	Tels. 032/94564-94276
2540 BOMBARRAL	3400 OLIVEIRA DO HOSPITAL
Rua do Comércio, 87	Avenida 5 de Outubro
Tel. 062/62264	Tels. 038/52133-52784-52785
4700 BRAGA	4580 PAREDES
Largo de S. Francisco, 37	Avenida da República
Tel. 053/25193	Tel. 055/27356
Pr. Conde de Agrolongo, 36-1.º-Esq.	2520 PENICHE
Tel. 053/23043	Gaveto da Rua D. Luís de Ataíde
5300 BRAGANÇA	c/Trav. do Desembarc, 1.º-Dt.º
R. dos Comb. da Grande Guerra, 203-205	Tels. 062/72076/718/9
Tel. 0503/22574	3100 POMBAL
4860 CABECEIRAS DE BASTO	Urb. de St.ª Luzia, It. 1-1.º-Dt.º-Ft.
Campo do Seco	Tel. 036/22805
Tel. 053/52620	9500 PONTA DELGADA
2500 CALDAS DA RAINHA	Rua Carvalho Araújo, 68-1.º
Rua Dr. Leão Azedo, 15	Tel. 096/22896
Tels. 062/25228/25629/24412	4990 PONTE DE LIMA
6000 CASTELO BRANCO	Largo de S. José, 5-1.º
Av. Nuno Álvares Pereira, 2	Tel. 058/941658
Tel. 072/23441	7300 PORTALEGRE
Rua do Saibreiro, 22-24	Rua 1.º de Maio, 3
Tel. 072/23679	Tels. 045/21011-21969
5400 CHAVES	8500 PORTIMÃO
Largo do Arrabaldo	Rua Direita, 84
Apartado 32	Tel. 082/23424
Tels. 0506-22659-23695	4490 PÓVOA DO VARZIM
6200 COVILHÃ	Rua do Visconde, 2
Rua Comendador Marcelino, 32	Tel. 052/67257
Tels. 075/22330-22171-22172	2000 SANTARÉM
7300 ELVAS	Rua Serpa Pinto, 79
Rua da Cadeira, 26	Tels. 043/25565-22866-24071
Tels. 068/62321-62903	3700 S. JOÃO DA MADEIRA
7000 ÉVORA	Rua Visconde, 2341-2343
Praça do Geraldo, 79-80-A	Tels. 056/22785-25024
Tel. 066/24059-23261	3660 S. PEDRO DO SUL
8000 FARO	Largo de Camões, 24-25
Largo do Mercado, 23	Tels. 032/71740-71224
Tels. 089/29518-29520-29542-29554	2900 SETÚBAL
Telex 43160 FIDFARI - P.	Praça do Bocage, 128
2495 FÁTIMA	Tels. 065/28144-23466-22682
Rua Jacinta Marto, Apartado, 22	2710 SINTRA
Tel. 049/97838	Rua Capitão Mário Alberto Soares Pimentel, 17
3080 FIGUEIRA DA FOZ	Tels. 9231786-9233565
Rua 10 de Agosto, 28-1.º-Dt.º	2560 TORRES VEDRAS
Tels. 033/24292-28151	Largo de S. Pedro, 78-1.º
7570 GRÂNDOLA	Tels. 061/22753-25422-25423
R. General Humberto Delgado, 49	4900 VIANA DO CASTELO
Tels. 069/42708-42585	Praça da República, 50
4800 GUIMARÃES	Tel. 058/23875
Rua da Rainha, 58-r/c	2600 VILA FRANCA DE XIRA
Tel. 053/413395	Rua Alves Redol, 28-34
2400 LEIRIA	Tels. 063/24822/3-25717/8/9
R. Cap. Mouzinho de Albq. 96	4760 V.º N.º DE FAMALICÃO
Tels. 044/23774-27120-28111	Rua Gen. Humberto Delgado, Bloco Norte B-1.º Esq.
4535 LOUROSA	Tels. 052/72747-72470
Largo da Feira dos Dez	5000 VILA REAL
Tel. 02/7642827	Rua Dr. Roque da Silveira, 65
2430 MARINHA GRANDE	Tel. 059/22387
R. Machado dos Santos, 24-r/c	Rua Cândido dos Reis, 26
Tel. 044/52008	Tel. 059/23322
4450 MATOSINHOS	3500 VISEU
Rua França Júnior, 408	Rua Soar de Cima
Tel. 02/932340	Tels. 032-25008-23828
	Avenida 25 de Abril
	Tels. 032/22614-26030

JANELA INTERIOR — 3

O Direito à Relação Afectivo-Sexual O Direito ao Amor

Hoje, mais de 500 milhões de pessoas são deficientes, havendo em Portugal, cerca de um milhão.

Em cada país, uma em cada 10 pessoas é deficiente, devido a um problema físico, mental ou sensorial.

Todos, incluindo os deficientes, sem excepções, temos direito a crescer e aprender, a trabalhar e criar, a amar e sermos amados.

O despertar das consciências e sensibilidades, para as necessidades do deficiente, não tem sido fácil, inclusivé para o próprio deficiente.

No amar e ser amado, grande número de pessoas, deficientes ou não, experimentam dificuldades e problemas afectivo-sexuais de vária ordem.

Durante muito tempo, e num passado ainda recente, estamos concretamente a lembrarmo-nos do I Congresso Nacional de Deficientes em 1980, evitava-se a discussão destes problemas, com o pretexto de que haviam reivindicações mais importantes e prementes.

Pensamos que o Direito à Vida, à Reabilitação e ao Trabalho, passam obrigatoriamente pelo Direito à Relação Afectivo-Sexual, ou seja, ao Amor.

Quando se aborda o problema da sexualidade dos deficientes, a maior preocupação centra-se nos problemas de reprodução e contracepção, ignorando-se ou minimizando os aspectos emocionais e sociais da sua deficiência.

Podem considerar-se três razões que justificam tal atitude: 1.º O preconceito sócio-cultural que identifica o ideal de sexualidade com juventude, atração física e com a saúde; 2.º A falta de informação, relativa à sexualidade dos deficientes; 3.º Muitos pais, técnicos de saúde física e mental, assistentes sociais, terapeutas e professores, persuadidos que este assunto só complica o problema e aumenta a angústia dos deficientes, preferem pôr de lado este tema.

Para evitar que se perpetuem os erros relativos à sexualidade dos deficientes, é urgente desfazer alguns mitos, que exercem uma influência negativa nos técnicos e instituições, repercutindo-se no próprio deficiente.

Entre outros, um dos mitos defende que o deficiente cria necessidades sexuais diferentes, na sua essência, do não deficiente.

J. P. Valente dos Santos

SEGURO DE VIDA/GRUPO PARA OS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

À FIDELIDADE-GRUPO SEGURADORA Departamento de Seguros de Vida R. 1.º Dezembro, 101-1.º — Tel. 36 26 00 / 36 74 16 1200 LISBOA

Estou interessado em subscrever o Seguro de Vida/Grupo.....

Crédito-Habitação
 Adesão Facultativa
 Ambos

Nome _____

Morada _____

C. P. _____

Telefone _____

HÁ 10 ANOS UM CONTROVERSO SENTIMENTO MILENÁRIO MARGINALIZAVA OS DEFICIENTES

Há 10 anos estávamos a um mês do 25 de Abril de 1974. Estávamos a viver os últimos dias de um regime que a todos os níveis limitava e atrofiava a vida dos cidadãos.

Os deficientes, pela parte que lhes tocava, eram fortemente afectados pelo tipo de sociedade que o regime talhava nos seus gabinetes e fazia moldar pela sua polícia.

Não só os políticos oposicionistas, obrigados a refugiar-se em Paris ou Moscovo, eram afectados. O pacato cidadão, desconhecedor da política e das suas formas organizativas, também era molestado.

O homem, como todos os seres vivos (e ainda mais do que estes), necessita de liberdade para viver, para manifestar plenamente as suas potencialidades. Necessita não só do espaço físico desimpedido, mas também do espaço social livre, para que toda a sua vida interior se manifeste e realize.

O deficiente, para além dos necessários meios de movimentação física (próteses, bengalas, cadeiras de rodas, etc.), precisa do espaço aberto e acessível (abolição de

barreiras arquitectónicas). Mas necessita também do espaço psicológico desimpedido, sem barreiras, para que, com os seus naturais traumatismos provocados pela deficiência, possa desde logo exercita-se no relacionamento e convivência sociais.

Ora, há 10 anos, os Deficientes das Forças Armadas dispunham minimamente dos meios de compensação para a falta de funcionalidade física, podendo tactear no terreno os obstáculos a vencer, mas estavam desarmados perante as intransponíveis barreiras sociais.

As barreiras sociais eram levantadas por todas as pessoas que se cruzam na vida dos deficientes. Os sentimentos caritativos e de comiseração expressos esmagavam a vontade de afirmação de cada deficiente perante si e perante a própria sociedade.

Vítimas desses sentimentos eram também as próprias pessoas que os manifestavam. Dispondo unicamente dessa forma de comunicação e de expressão de solidariedade para com os deficientes (sobretudo os grandes deficientes,

com mazelas visíveis), permitida pela sua formação cultural, elas experimentavam o sabor da frustração quando recebiam como reacção do deficiente a rejeição total dessa atitude.

Não fossem bastantes as barreiras sociais que cada pessoa assim levantava aos deficientes, a estrutura política do País encarregava-se de institucionalizar essa anti-reabilitação através de formas próprias. A Secção Auxiliar Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa, constituída pelas senhoras desocupadas das classes abastadas, encontrava forma de passatempo interessante (apoiada e acarinhada pelo Governo), distribuindo a caridade pelos desprotegidos da sorte.

Foi grande a aversão a esta acção das senhoras da Cruz Vermelha. Foi forte a denúncia que a ADFA depois fez. Mas para isso havia uma forte razão. A sua actuação, nos moldes como tinha lugar, ia anular directamente os esforços de cada um (sempre difíceis) para, apesar da diminuição física visível, se afirmar como cidadão inteiro. O seu proteccionismo e conformismo, consciente ou inconscientemente, procuravam moldar um estatuto diferente para cidadãos que não queriam deixar de sê-lo plenamente. Nas mãos dos senhores da Cruz Vermelha, eram os diminuídos, os coitados, o caixote do lixo das sobras do egoísmo dos outros, reduzidos a sub-seres, habitantes do andar de baixo do edifício social.

Era difícil, para quem estava determinado a manter-se cidadão total e senhor de uma vida inteira, ter que lutar com as suas limitações físicas, com as suas dificuldades psíquicas, sem a reabilitação adequada, e ter ainda que enfrentar esta barragem bem montada de senhoras de Cruz Encarnada a bloquear o caminho da reintegração social.

Há 10 anos, no silêncio e na intimidade de cada deficiente militar travava-se esta difícil luta pela afirmação da vida. Depois veio o 25 de Abril e a luta passou a ser colectiva e em voz alta, e, só por isso, alguns obstáculos foram logo definitivamente removidos. As senhoras da Cruz Vermelha, por exemplo, cessaram a sua actividade.

ACTUALIZADAS PENSÕES DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS (EM CAMPANHA)

As pensões base dos Deficientes das Forças Armadas abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 43/76 acabam de ser actualizadas em 16%, com efeito desde 1 de Janeiro passado.

Este aumento vem na sequência da nova tabela de vencimentos para os militares do activo, aprovada pelo governo e publicada no Diário da República do passado dia 2 de Março, através do Decreto-Lei n.º 74-B/84.

Como se sabe, nos termos do Decreto-Lei n.º 43/76, as pensões dos Deficientes das Forças Armadas abrangidos por este diploma são automaticamente actualizadas, e no mesmo montante, sempre que se verifiquem aumentos nos correspondentes postos do activo.

A pensão dos deficientes que eram praças no activo fica agora fixado em 21400\$00 (pensão base), correspondente ao vencimento de primeiro-marinheiro.

Os vencimentos dos restantes postos são os seguintes:

General e vice-almirante.....	64 100\$00
Brigadeiro e contra-almirante.....	59 300\$00
Coronel e capitão-de-mar-e-guerra.....	55 600\$00
Tenente-coronel e capitão-de-fragata....	52 100\$00
Major e capitão-tenente.....	48 600\$00

PARA DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS EM SERVIÇO E BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO DE PREÇO DE SANGUE PENSÕES AUMENTADAS EM 14%

As pensões dos Deficientes das Forças Armadas em serviço (abrangidos pelo Estatuto de Aposentação) e dos beneficiários de pensão de preço de sangue (familiares de militares falecidos) foram aumentadas, com efeito a partir de 1 de Janeiro passado, em 14%.

Esta actualização de pensões consta do mesmo decreto-lei que fixa a nova tabela dos vencimentos dos trabalhadores do Estado.

Mas enquanto o Decreto-Lei n.º 57-C/84, publicado no «Diário da República» de 20 de Fevereiro, prevê uma actualização de 16% para os funcionários públicos, prevê apenas um aumento de 14% para os pensionistas.

Os trabalhadores do Estado, com apenas 16% de aumento, vêem cada vez mais degradado o seu nível

de vida. Mas os pensionistas não só vêm ainda mais reduzido o seu poder de compra, como se distanciam dos vencimentos do activo, o que abre perspectivas muito desanimadoras para estes, sobretudo para os que vivem exclusivamente da pensão, como é o caso de muitos deficientes.

Nos últimos anos tinha-se adoptado o critério de actualização uniforme de vencimentos e pensões, ou seja, a mesma percentagem de aumentos, o que era justo. Esse critério, agora alterado, se não for retomado lançará progressivamente os pensionistas na miséria.

Os pensionistas beneficiam também, segundo este diploma, da actualização do montante das diuturnidades (aqueles que têm direito), que passarão para 1220\$00 cada.

Capitão e primeiro-tenente.....	43 500\$00
Tenente e segundo-tenente.....	36 600\$00
Alferes, subtenente e guarda-marinha....	33 100\$00
Sargento-mor.....	39 100\$00
Sargento-chefe.....	36 700\$00
sargento-ajudante.....	31 700\$00
Primeiro-sargento.....	28 600\$00
segundo-sargento.....	25 600\$00
Furriel e subsargento.....	23 500\$00

PAGAMENTO DE PENSÕES

As pensões pagas pela Caixa Geral de Aposentações serão creditadas nas respectivas contas na CGD de acordo com o calendário abaixo indicado. Aproveitamos para informar que a prova de vida deverá ser feita durante o mês de Março.

MÊS	DIA DE PAGAMENTO
Março	14
Abril	13
Maió	16
Junho	18
Julho	16
Agosto	16
Setembro	14
Outubro	16
Nov. + S. Natal	14
Dezembro	14

EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIA NA APD DA AMADORA

Esteve patente de 18 a 29 de Fevereiro na jovem delegação da APD na Amadora uma exposição fotográfica sobre a Problemática da Deficiência, constituída por 300 fotos sobre o ensino especial, o desporto, tempos livres, barreiras arquitectónicas, saúde, reabilitação, transportes, tendo tido bastante afluência.

O ELO entrevistou um sócio que nos falou da vida da dita delegação, situada em exíguas instalações na Av. Elias Garcia em Vendas Novas.

Estão previstos para breve torneios de Ténis de Mesa, Damas, Cartas, Dominó, Xadrez, etc.

Saliente-se que a massa associativa é de 300 sócios dos 11 000 nacionais.

SEGUNDO PROPOSTA DE LEI DO SERVIÇO MILITAR

FILHOS DE DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

SERÃO DISPENSADOS DO SERVIÇO MILITAR

A proposta de lei do serviço militar que o Governo recentemente enviou à Assembleia da República prevê que os filhos ou irmãos de militares considerados incapazes de todo o serviço por motivo de doença ou acidente resultante do serviço militar efectivo serão dispensados de obrigações militares.

A mesma dispensa aplica-se aos filhos ou irmãos dos militares mortos em campanha ou por motivo de doença ou acidente resultantes do serviço militar efectivo.

Os dispensados do serviço efectivo normal serão alistados na reserva territorial.

Segundo esta proposta de lei, os cidadãos na reserva territorial poderão, até à idade estabelecida para o final das obrigações militares (45 anos), ser chamados para o cumprimento do serviço militar efectivo, para reclassificação ou ainda para tarefas de apoio às populações. A mobilização dos indivíduos na reserva territorial verificar-se-á apenas em situação de guerra.

Uma outra inovação deste projecto, relativamente à lei de serviço militar em vigor, é a referência aos direitos dos Deficientes das Forças Armadas. Em artigo próprio com o título «Acidentes ou doenças resultantes do serviço militar efectivo», salienta-se que «o Estado reconhece aos cidadãos o direito à reparação moral e material dos efeitos de acidente doenças resultantes do serviço militar efectivo». Remetendo para a legislação específica o regulamento desses direitos, o projecto prevê que «os cidadãos com determinado grau de incapacidade em consequência desses aci-

dentos ou doenças sofridas em determinadas circunstâncias designam-se, para efeitos legais, deficientes ds Forças Armadas».

A actual lei do serviço militar, que vigora desde Julho de 1968, dispensa uma atenção muito mais reduzida aos Deficientes das Forças Armadas. Isto, não obstante, ter sido elaborada no auge da Guerra colonial, precisamente num momento em que mais deficientes eram produzidos, no seio das Forças Armadas. Apenas refere que os militares do quadro permanente «mutilados» podem manter-se no serviço activo e que «os que tenham sofrido diminuição física em serviço efectivo nas Forças Armadas» têm prioridade na admissão como trabalhadores do Estado.

Parece, pois, de salientar, a referência que é feita aos Deficientes das Forças Armadas e também aos militares falecidos, num diploma fundamental como é a lei do serviço militar. Essa referência constitui um reconhecimento por parte da Nação (se a lei vier a ser aprovada nestes termos) da existência dos Deficientes ds Forças Armadas e as obrigações que para com eles tem a colectividade por terem sido vítimas ao seu serviço. A dispensa dos irmãos e filhos (com efeitos práticos sobretudo quanto a estes) dos mortos e dos deficientes do serviço militar efectivo, para além do carácter compensatório que encerra, constitui um acto simbólico que contribuirá grandemente para que, no futuro, os deficientes das Forças Armadas de hoje não sejam esquecidos, assim como garantirá também a memória dos que morreram.

NO DIA 18 DE FEVEREIRO

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ESGOTOU ORDEM DE TRABALHOS

A Assembleia Geral Nacional Extraordinária Convocada para 14 de Janeiro passado não esgotou a ordem de trabalhos, pelo que continuou no dia 18 de Fevereiro. Em 14 de Janeiro, a Assembleia apenas concluiu a discussão do primeiro ponto da ordem de trabalhos (sobre as comemorações do 10.º aniversário da Associação), tendo quanto ao segundo ponto, aprovado uma proposta para discussão, após o que foram suspensos os trabalhos (cerca das 20 horas).

No dia 18 de Fevereiro, a Assembleia reuniu no mesmo local (Escola de Enfermagem de Calouste Gulbenkian — em Lisboa), tendo, desta vez, esgotado a ordem de trabalhos. Às 20 horas, a assembleia tinha discutido todos os pontos e tomado as respectivas deliberações.

Contando com a presença de cerca de 260 associados a Assembleia revelou uma notória funcionalidade, contrariamente ao que tinha sucedido no dia 14 de Janeiro, em que se perdeu tempo exagerado com alguns aspectos irrelevantes.

O ponto que absorveu mais tempo, apesar de ter sido já parcialmente discutido na primeira parte da Assembleia, foi o respeitante ao inquérito que tinha sido instaurado a 6 associações. Depois da intervenção de cerca de 30 sócios, a Assembleia votou a proposta em discussão que foi aprovada, sendo por conseguinte, os 6 associados subscritores de um documento calunioso suspensos dos seus deveres e direitos associativos por 2 anos. Não tendo provado as graves acusações feitas aos órgãos sociais anteriores (negando-se a responder ao inquérito mandado instaurar por deliberação da Assembleia Geral Nacional de 9 de Abril de 1983), os subscritores do documento «Folha Informativa n.º 1» foram, pois, severamente punidos pela assembleia. Mais adiante transcreveremos a proposta aprovada.

Relativamente à actualização das quotas, a Assembleia discutiu a proposta do Conselho Nacional que propunha a sua fixação no quantitativo mental de 70\$00. Ainda neste ponto, foi aprovada uma proposta da Direcção Central prevendo a actualização das quotas todos os anos, nomeadamente na Assembleia Geral Nacional Ordinária que aprova o relatório e as contas. Assim, na Assembleia Geral Nacional Ordinária, que todos os anos deve realizar-se até 31 de Março, será fixado o quantitativo das quotas para o ano seguinte.

Quanto ao quarto ponto da ordem de trabalhos, a Assembleia aprovou uma proposta sobre a inscrição da delegação do Porto da Associação como membro colectivo na cooperativa de habitação económica a ser criada naquela cidade. Reproduzimos também, mais adiante, o teor desta proposta aprovada.

No último ponto da ordem de trabalhos, a Assembleia autorizou a Direcção Central a vender um prédio da Associação sito na Rua do Embaixador em Lisboa. Reproduzimos igualmente, a seguir, o teor da proposta aprovada.

Seis sócios subscritores de afirmações caluniosas suspensos por dois anos

É o seguinte o teor da proposta aprovada na Assembleia Geral Nacional Extraordinária no dia 18 de Fevereiro, sobre declarações caluniosas não provadas de seis associados:

«Não há dúvida que estamos perante mais um caso de extrema gravidade pelas repercussões que tem a nível interno e externo, completo desrespeito em relação aos órgãos da ADFA, e acima de tudo por se querer fazer letra morta dos Estatutos, a lei fundamental e maior da Associação, que os sócios discutiram, elaboraram e aprovaram.

Mas, se isto tudo não bastasse, os signatários da «Folha Informativa n.º 1», apresentada na Assembleia Geral Nacional Ordinária de 9-4-83, desrespeitaram claramente as decisões que este órgão máximo da ADFA tomou, violando gravemente as normas de entendimento associativo, dado que ao ofenderem a honra e dignidade dos então Órgãos Sociais Centrais, não souberam ou não quiseram assumir as suas responsabilidades ao negar-se a prestar as declarações e provas correspondentes:

— Ao inquérito mandado instaurar pela Assembleia Geral Nacional de 9-4-83, ou não responderam, ou refugiaram-se num rotundo «NÃO».

Deste modo, o Conselho Nacional, a quem a Assembleia Geral Nacional delegou a incumbência de instaurar o inquérito respectivo viu-se forçado a encerrá-lo, por recusa dos signatários do documento e apresentarem declarações e provas, aponta para a sua punição através do artigo 11.º dos Estatutos. Para esta matéria afigura-se-nos insuficiente que a aplicação da sanção seja feita apenas à luz do estipulado nesse artigo, pois se o mesmo contempla as infracções que afectem, de algum modo, o prestígio e bom nome da ADFA e as suas disposições estatutárias, não se evoca que aqueles associados fizeram letra morta da alínea e) do n.º 1 do artigo 9.º dos Estatutos, ao desrespeitarem frontalmente uma deliberação da Assembleia Geral Nacional.

O julgamento de tal procedimento, é, assim, da

competência exclusiva da Assembleia Geral Nacional, já que de infracção a uma deliberação sua se trata, tendo, inclusivamente, em 9-4-83 deliberado que o inquérito fosse levado a nova Assembleia Geral Nacional para decisão associativa e punição dos culpados, neste caso aqueles que recusaram dar provas ao mais alto órgão da ADFA, de acusações gravíssimas aos seus órgãos sociais centrais.

Assim, face ao exposto, torna-se necessário que, de novo se assumam o dever de respeitar os Estatutos e a legalidade associativa, pelo que:

— Considerando que a Assembleia Geral Nacional de 9-4-83, órgão máximo da ADFA, deliberou que o Conselho Nacional encaminhasse o inquérito por aquela decidido, e remetesse de novo as suas conclusões, para decisão final a nova Assembleia Geral Nacional;

— Atendendo a que nenhuma organização, por mais pequena que seja, permite que haja no seu seio qualquer infracção à disciplina que os seus estatutos definem, e/ou a deliberações de Assembleias Gerais;

— Considerando que os signatários da «Folha Informativa n.º 1», voluntariamente desprezaram e repudiaram, com as suas atitudes, uma decisão da Assembleia Geral Nacional, em total desrespeito dos seus deveres de sócios, cominados na alínea e) do ponto 1 do artigo 9.º dos Estatutos;

— Atendendo a que as difamações à honra e dignidade dos Órgãos Sociais Centrais, produzidas no referido documento, não são uma mera chamada de atenção aos associados, sobre a situação económica da ADFA;

— Considerando que o facto causador do inquérito em questão, é o corolário das acções de desestabilização e de tensão associativa, que vêm impedindo o trabalho consequente e profícuo dos executivos eleitos pelos sócios;

— Considerando que se tenta criar uma situação anárquica que leve à destruição e desintegração orgânica da ADFA;

— Considerando que esta atitude não é um facto isolado destes subscritores, antes, pelo contrário, vem na sequência de muitos actos de desestabilização interna de há cerca de quatro anos para cá, e que os sucessivos órgãos da ADFA sempre têm tentado perdoar e esquecer;

— Atendendo a que não se pode pôr em causa a integridade e a dignidade dos Órgãos Sociais Centrais, sem provas apresentadas, para que os mesmos possam continuar a lutar pelos interesses dos associados, e a defender-se associativamente de tais acusações, se for caso disso;

— Considerando ainda, o facto gravíssimo para o prestígio da ADFA, que tal documento tivesse sido divulgado em meios exteriores à Associação;

— Considerando finalmente, todos os dados de indignidade associativa que se verificaram, e na mesma linha de orientação que se traçou relativamente ao senhor Lima Rita, por infracção estatutária;

PROPÕE-SE:

Perante os factos mencionados, que a Assembleia Geral Nacional puna exemplarmente os subscritores do documento «Folha Informativa n.º 1», sócios n.º 1942, Almiro Pais Correia, n.º 4644, José Carlos Canejo Pires, n.º 887, Joaquim Serrano, n.º

221, Orlando Pauleta, n.º 3973, Armando de Jesus Santos, n.º 54, Carlos Augusto F. Cruz, aplicando-lhes a pena de suspensão imediata de todos os deveres e direitos de sócios, pelo período de dois anos.

Inscrição da delegação do Porto em Cooperativa de Habitação

É o seguinte teor da proposta aprovada na Assembleia Geral Nacional no dia 18 de Fevereiro, sobre a inscrição da delegação do Porto da Associação na Cooperativa de Habitação a ser criada nesta cidade.

«Considerando que um dos problemas que afecta a integração social dos Deficientes das Forças Armadas é a obtenção de uma habitação condigna e adequada à sua deficiência; (art.º 4.º)

— Considerando que os esforços pontuais efectuados pela delegação do Porto no campo da habitação não eram suficientes para resolver o problema na sua globalidade;

— Considerando que para tal, foi necessário apoiar a criação de uma cooperativa de habitação que desde logo mereceu a adesão de cerca de uma centena de associados carecidos de uma habitação condigna;

— Considerando que nos Estatutos da ADFA se reconhece como objectivo pugnar pelas condições que tornem efectiva a integração social dos DFA;

Propõe-se que esta A.G.N., como órgão máximo da associação, autorize a delegação do Porto, devidamente credenciada pelos Órgãos Sociais Centrais competentes, a ser membro colectivo da cooperativa de habitação económica criada na delegação do Porto; que os aspectos jurídicos relacionados com esta adesão sejam formalizados pela D.C.»

Venda de prédio da associação

É o seguinte o teor da proposta aprovada na Assembleia Geral Nacional Extraordinária de 18 de Fevereiro, sobre a venda de um prédio doado à Associação e que se encontra degradado:

«Considerando a existência, por doação à ADFA, de um prédio sito na Rua do Embaixador, n.º 160 e 162, em Lisboa, constituído por r/c, 1.º andar e sótão, do qual não advém qualquer rendimento e que se encontra bastante degradado.

— Considerando que aquele imóvel se encontra ocupado por 2 famílias sem estatuto definido.

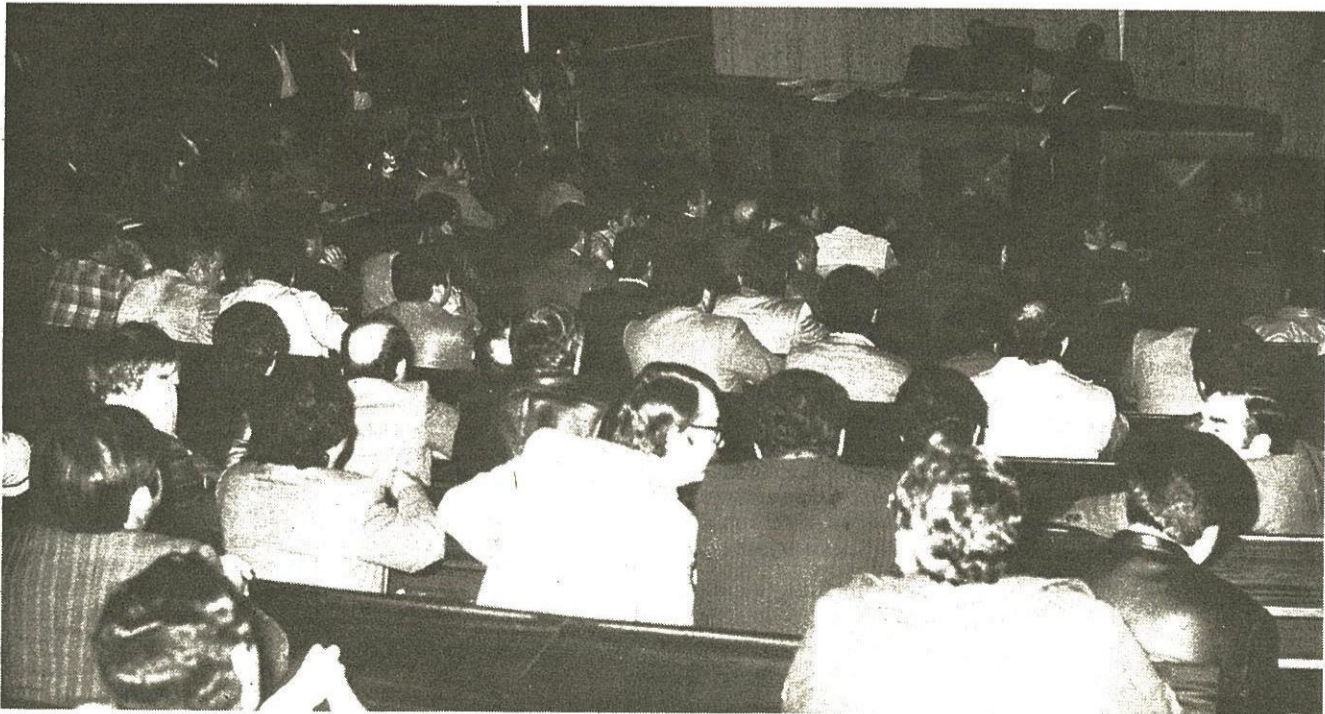
— Considerando que um dos ocupantes em fins de Nov. 83 propôs a compra parcial ou total do referido prédio para poder criar as condições de habitabilidade que carece.

— Considerando que a ADFA não dispõe de vocação para a construção civil nem de recursos financeiros para proceder à reconstrução do património em causa.

— Considerando que o referido imóvel reúne condições para se conseguir uma oferta vantajosa que poderá reforçar as reservas da ADFA e incrementar uma política de investimentos.

Propõe-se:

Que a AGN autorize a DC, nos termos da alínea h) do artigo 34.º dos Estatutos da ADFA, a vender o prédio sito na Rua do Embaixador, n.º 160 e 162, em Lisboa, logo que se verifiquem propostas de compra aceitáveis.»



Durante os trabalhos da Assembleia Geral

DIA 14 DE ABRIL

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA VAI REALIZAR-SE NO PORTO

A Assembleia Geral Nacional Ordinária vai realizar-se este ano no Porto. Terá lugar no dia 14 de Abril, conforme convocatória publicada na primeira página, no antiteatro do Liceu Nacional Rodrigues de Freitas, na praça Pedro Nunes (junto à igreja de Cedofeita), com início às 14 horas. A assembleia iniciar-se-á meia hora depois, se às 14 horas não se encontrarem presentes todos os sócios, conforme estabelecem os Estatutos.

Estatutariamente, a Assembleia Geral Nacional Ordinária deveria realizar-se até 31 de Março. Não foi, contudo, possível cumprir este prazo estatutário, por dificuldade de elaboração dos relatórios e preparação das contas, o que só é possível depois das próprias delegações aprovarem os seus relatórios e contas nas Assembleias Gerais de Delegação.

A realização da Assembleia Geral Nacional no Porto tem como fim proporcionar a possibilidade de participação nas Assembleias Gerais a sócios mais distantes de Lisboa, desta vez aos do Norte do País. Espera-se que estes saibam corresponder a esta iniciativa, comparecendo em grande número na Assembleia e nela participando activamente. Aquando da realização de outras Assembleias poderão ser consideradas outras regiões. Mas, como Nacional que é, a Assembleia Geral é o órgão em que têm assento todos os associados, esperando-se, pois, a participação não apenas dos sócios do Norte, mas de outros locais do País. Aproveite-se, desde já, para exortar todos os sócios a participarem na assembleia, o órgão mais importante da associação, que

deve ser dignificado, desde logo, com a presença de grande número de associados.

Relativamente à ordem de trabalhos, antes da assembleia, os sócios terão à sua disposição na sede e nas delegações os relatórios e as contas que poderão consultar, para melhor se documentarem e, em consciência, poderem votá-los.

Ainda no primeiro ponto da ordem de trabalhos, a assembleia apreciará a actualização das quotas para 1985. Segundo uma deliberação da última Assembleia Geral Nacional (em 18 de Fevereiro), as quotas serão anualmente actualizadas, verificando-se essa actualização na Assembleia Geral Nacional Ordinária, a produzir efeitos para o ano seguinte. Assim, no dia 14 de Abril, os sócios irão votar a actualização de quotas para 1985, a vigorar, pois, desde 1 de Janeiro do próximo ano. Para este ano, como se sabe, as quotas foram actualizadas na última Assembleia Geral Nacional, tendo passado de 30\$00 para 70\$00 mensais.

O último ponto da ordem de trabalhos diz respeito às reivindicações da Associação para 1984. Este ponto surge na ordem de trabalhos na sequência de uma deliberação da última Assembleia Geral Nacional. Nos termos de uma proposta aprovada na Assembleia, no dia 14 de Janeiro, deveria constar da ordem de trabalhos da próxima Assembleia Geral Nacional, por conseguinte, exactamente a análise da questão das reivindicações nomeadamente, «informações e a análise das respostas recebidas e discussão de acções para defesa dos nossos direitos e reivindicações».

No âmbito das comemorações do 10.º aniversário da Associação, a Assembleia Geral Nacional de 14 de Janeiro passado aprovou um conjunto de reivindicações, pela satisfação das quais a ADFA lutará durante o ano de 1984. Essas mesmas reivindicações encontram-se sistematizadas e enquadradas por um historial que foi editado e distribuído pelas entidades que directa ou indirectamente poderão interferir nas soluções pretendidas. Ao mesmo tempo a Direcção Central divulgou, numa conferência de imprensa, o programa das comemorações do 10.º aniversário e as reivindicações de ordem legislativa. Pediu, de seguida, audiências a várias entidades, tendo algumas delas sido já realizadas, conforme noticiámos noutro local deste número, com resultados mais favoráveis nalguns aspectos e menos favoráveis noutros.

Na Assembleia Geral Nacional de 14 de Abril a Direcção Central irá fazer o ponto da situação sobre as diligências efectuadas, fornecendo à Assembleia todos os elementos, a fim de que esta possa acompanhar directamente a luta reivindicativa da Associação neste ano em que se comemora o 10.º aniversário, produzindo as recomendações ou deliberações que sobre a matéria entenda convenientes.

A questão das reivindicações diz directamente respeito a todos os sócios, pelo que a sua participação na Assembleia, quanto a este ponto, será fundamental, dando mais força a esta luta, que deve ser persistente, a fim de se conseguir ultrapassar algumas situações de notórias injustiças que existem ainda entre os deficientes das Forças Armadas.

NÃO FALTES À ASSEMBLEIA! PARTICIPA!

AOS FOTÓGRAFOS DIAPORAMA DA ADFA

ADFA vai produzir um Diaporama para que de uma forma rápida e eficaz possa esclarecer a opinião pública sobre a nossa problemática. Este Diaporama destina-se a ser apresentado no XV.º Congresso Mundial de Reabilitação, a realizar no próximo mês de Junho em Lisboa.

Convidamos todos os sócios que possuam «slides» sobre a ADFA ou outros que de alguma forma se relacionem com o problema dos deficientes, a enviá-los à nossa sede para reprodução, após o que os originais serão devolvidos.

Os Slides assim enviados e apurados para figurarem no Diaporama serão publicados no jornal «Elo» e os seus autores receberão uma Menção Honrosa e uma medalha da Associação.

Contamos com a participação do maior número possível de leitores que poderão desta forma dar um grande contributo à ADFA.

MAIS UMA VEZ ADIADA

A aplicação do Decreto-Lei n.º 43/82 (sobre a eliminação de barreiras arquitectónicas) foi mais uma vez adiada.

O prazo de entrada em vigor deste diploma tinha sido prorrogado pela última vez até 31 de Dezembro de 1983. Um decreto publicado no «Diário da República», exactamente no dia em que aquele prazo terminava (Decreto-Lei n.º 466/83) vem estabelecer novo adiamento,

APLICAÇÃO DO DECRETO-LEI SOBRE ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS ARQUITECTÓNICAS

desta vez até 31 de Julho de 1984.

Entretanto, desta vez estabelece-se que o Ministério do Equipamento Social publicará, no prazo de 60 dias, recomendações técnicas a observar nos edifícios públi-

cos a construir no futuro e nos espaços públicos, com vista a facilitar a movimentação dos deficientes motores.

Este protelamento sistemático da abolição das barreiras arquitectónicas vem sendo preocupante. Há precisamente dois anos que aquele diploma foi publicado no «Diário da República», sem ter, até hoje, produzido quaisquer efeitos em benefício dos deficientes.

Espera-se que este seja, realmente, o último adiamento e que, a partir de Julho próximo, os novos edifícios a construir sejam concebidos de forma a poderem ser utilizados por deficientes, nomeadamente de cadeira de rodas.

A aplicação deste diploma consta, aliás, das reivindicações da ADFA para 1984 aprovadas na última Assembleia Geral Nacional.

CONSELHO NACIONAL DA ADFA REUNIU DIA 10 DE MARÇO EM LISBOA

O Conselho Nacional da Associação reuniu ordinariamente no passado dia 10 de Março, em Lisboa.

Esta reunião, obrigatória para a aprovação do relatório de actividades do Conselho, a ser presente à próxima Assembleia Geral Nacional, tratou ainda de outros assuntos, nomeadamente rectificações orçamentais e delimitação da área das delegações.

Depois de aprovado o relatório de actividades, o Conselho deliberou atribuir o valor de 500 contos para despesas com as comemorações do 10.º aniversário da Associação. Atribuiu também 70000\$00 à Delegação de Setúbal para fazer face aos prejuízos causados nas instalações da Delegação com as cheias.

Ainda no âmbito financeiro, o Conselho deliberou sobre a obrigatoriedade das Delegações darem conhecimento à Direcção Central do processo relativo à obtenção de subsídios junto de qualquer instituição, bem como dos respectivos montantes.

O Conselho Nacional rejeitou uma moção que lhe foi apresentada pela Assembleia Geral da Delegação de Viseu de 28 de Janeiro último, sobre revisão orçamental e quadro de pessoal, por considerar que este assunto foi devidamente analisado na última reunião e que não existiam agora dados novos.

O último ponto da ordem de trabalhos dizia respeito à delimitação da área das delegações. Aqui, o Conselho decidiu encarregar a Direcção Central de criar um grupo de trabalho que, auscultando as delegações e levando em conta a sua implantação regional, as vias

de comunicação e o pessoal de que dispõem, faça a delimitação das suas áreas de influência. Os resultados deste trabalho deverão ser apresentados até 31 de Julho próximo, a fim de serem apreciados pelo Conselho Nacional.

A reunião, que teve início

às 14 horas, terminou cerca das 18 horas. Alguns dos membros do Conselho participaram a seguir numa reunião da Comissão Nacional das Comemorações do 10.º aniversário da Associação.

Estiveram presentes na reunião do Conselho Nacional 28 dos seus membros.

ESTÁ EM DISCUSSÃO

REGULAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

Encontra-se em discussão na Associação um projecto de Regulamento da Assembleia Geral Nacional. Este projecto foi já distribuído por todos os órgãos sociais e por todas as delegações, a fim de se pronunciarem e promoverem a sua discussão associativa alargada. A Mesa da Assembleia Geral Nacional, órgão que está a coordenar este processo, receberá todas as propostas de alteração até ao dia 1 de Julho próximo, após o que elaborará um projecto final a submeter à Assembleia Geral Nacional.

Preende-se, através de um regulamento da Assembleia Geral Nacional, definir a forma de orientação do mais importante órgão da Associação, como também, complementando os próprios Estatutos, melhor clarificar o seu funcionamento, de molde a que, de acordo com a Associação que somos, se encontrem formas mais produtivas e eficazes.

Local de discussão e deliberação sobre os assuntos mais importantes da Associação, a Assembleia Geral Nacional tem

deixado quase sempre num certo sabor amargo e frustração nos sócios que nela participam. Umas vezes porque não se consegue discutir as matérias em questão com a exaustividade necessária; outras porque não se tomam atempadamente as deliberações óbvias; outras ainda porque as condições de trabalho e participação dos sócios não são as melhores; estas e outras razões têm vindo a ser responsáveis por uma notória desmotivação e desinteresse de alguns sócios quanto às Assembleias Gerais Nacionais.

Para esses sócios, e para todos os outros, é agora oportunidade de pensar as Assembleias Gerais que queremos, contribuindo activamente com sugestões e propostas para a elaboração do regulamento.

A sede e as delegações estão à disposição dos sócios para debaterem e receberem todas as sugestões. Os sócios podem, pois, aí se dirigir, onde está à sua disposição o projecto elaborado, que poderão consultar.

**Rádio
TV
Escola**

Reparação Rádio TV

Montagem de auto-rádio
com gaveta e antena
colocada
no vidro com amplificador

Lar Militar • Tel. 79 49 12/3 • LUMIAR • 1700 LISBOA

EXPLICAÇÕES

PRECISO EXPLICAÇÕES MATEMÁTICA 12.º ANO

ALMEIDA SANTOS
☎ 36 21 67 — ADFA

X ANIVERSÁRIO DA ADFA • X ANIVERSÁRIO DA ADFA •

PRESIDENTE DA REPÚBLICA RECEBE DIRECÇÃO DA ADFA

Na sequência de um pedido de audiência efectuado pela ADFA, o Presidente da República receberá a Direcção Central da Associação em finais de Março.

Na referida audiência, a Direcção Central convidará formalmente o sr. Presidente para a sessão solene, a realizar no dia 14 de Maio próximo, na sede da ADFA, e que será o ponto alto das comemorações do X Aniversário.

Para a sessão solene será convidado um amplo leque de individualidades, civis e militares, nomeadamente, SNR, Associações de Deficientes, membros do Governo e elementos da instituição Militar.

EM 31 DE MARÇO NA SEDE

CONVÍVIO ASSOCIATIVO

No dia 31 de Março realizar-se-á um dos vários convívios de âmbito associativo que ao longo do corrente ano iremos levar a cabo, integrados nas comemorações do X Aniversário da nossa Associação.

Assim, para este dia temos programadas as seguintes actividades, para as quais contamos desde já com grande número de sócios e familiares:

— 9,00 horas, no campo do Bairro da Boavista, torneio quadrangular de futebol de salão, no qual participam uma equipa da sede, outra da Delegação de Setúbal.

— 13,00 horas, almoço no Bar da ADFA, com inscrições até ao dia 28 de Março.

— 15,00 horas, torneio de bilhar e torneio de sueca, nas instalações da sede.

Inscrições até ao dia 26 de Março, no Dep. Dinamização Cultural e Desporto, e cujos regulamentos aqui publicamos.

— 15,00 horas, projecção de filmes para os filhos dos sócios (filmes de animação).

— 16,30 horas, projecção de um filme sobre a problemática do deficiente.

— 17,30 horas, entrega dos prémios, aos participantes nas diversas modalidades.

— Haverá um grupo de pessoas que reunirão com os sócios interessados com o objectivo de prestarem informações, darem alguns esclarecimentos e dinamizar os associados para a participação associativa.

Procurou-se não esquecer os mais pequenos neste convívio, pelo que os sócios com filhos deverão trazê-los até à ADFA. Certamente que eles irão gostar.

DIA 1 DE ABRIL:

PIQUE-NIQUE NA ARRÁBIDA

Com vista à realização de um pique-nique com os sócios da delegação de Setúbal, realiza-se no próximo dia 1 de Abril, com partida da sede da ADFA pelas 9 e 30, uma caravana em automóvel com destino ao parque da Cumenda, sito na serra da Arrábida, junto à praia da Figueirinha.

Os participantes interessados deverão inscrever-se no âmbito do DDCD da ADFA, até ao próximo dia 28 de Março. No local do pique-nique, serão distribuídos prémios aos melhores classificados na caravana e haverá um prémio mistério.

Os participantes devem levar o respectivo farnel, havendo contudo no local a apreciada pinga da região.

Não iremos tomar banho naquela linda praia que é a Figueirinha, porque o tempo não estará propício para tal, todavia haverá umas surpresas que, por certo, irão animar esta tarde de convívio.

Mesmo que já conheças a serra da Arrábida, é um bom passeio para um dos primeiros Domingos da Primavera. Inscreve-te e participa na caravana.

TORNEIOS

TORNEIO DE SUECA REGULAMENTO

- 1 — Podem participar no Torneio todas as equipas, constituídas por dois concorrentes, que se inscrevam no âmbito do DDCD até ao dia 23-3-84.
- 2 — No acto da inscrição cada equipa pagará a importância de 100\$00.
- 3 — Todas as equipas jogarão contra as demais.
- 4 — O torneio far-se-á em duas voltas de três partidas com quatro jogos cada.
- 5 — Após a segunda volta, serão seleccionadas as três equipas com maior número de pontos.

(Continua na 12.ª pag.)

No âmbito das comemorações do X Aniversário da ADFA e na sequência do programa apr de carácter desportivo, cultural e recreativo, as quais irão sendo devidamente divulgadas, «ELO». Sempre que possível, as actividades serão descentralizadas ao nível das dele manifestem interesse.

Além das respectivas notícias de cada uma das acções a levar a cabo, publicamos tamb Junho, estando contudo este calendário sujeito a eventuais alterações.

10 ANOS DE ACÇÕES A DESENVOLVER

Reuniu no passado dia 10 de Março, na sede da ADFA, a comissão nacional das comemorações do X Aniversário.

Na reunião foi analisado o programa elaborado pela comissão executiva e apresentadas

I — PLANO INTERNO

Deverão ser realizadas actividades Nacionais e locais com repercursões futuras na congregação dos sócios à volta dos ideais da Associação, incentivando-se a criação de núcleos. A intensificação da ligação dos sócios à Associação deverá passar pela participação activa nas discussões e decisões associativas que têm a ver com os problemas genéricos de todos e com os problemas específicos de cada um.

Assim, serão realizadas durante o corrente ano as seguintes acções:

1. Colóquios e debates sobre reabilitação e integração profissional, aproveitando-se para tal a experiência da ADFA a nível oficial.
2. Promover a realização de convívios e colóquios nas delegações.
3. Dinamizar a criação de Núcleos, de acordo com o estatutariamente definido, tendo em conta a espontaneidade manifestada por sócios de diversas zonas e fazendo-se para tal aproveitamento das potencialidades da ADFA, nomeadamente a nível desportivo.
4. Promover um convívio Nacional de sócios na área de uma delegação.
5. Dinamizar e institucionalizar o convívio desportivo e recreativo dos sócios.
6. Fomentar a análise e discussão associativas sobre a ADFA e suas perspectivas futuras.
7. Melhorar qualitativamente o jornal «ELO», com vista a atingir um maior leque possível de leitores, nomeadamente através de:
 - a) entrevistas e individualidades,
 - b) testemunhos da Guerra Colonial (concurso),
 - c) publicações dos colóquios e outros temas de âmbito cultural.

II — PLANO EXTERNO

Considerando a importância da sensibilização da população para a problemática do deficiente, de primordial importância para uma integração plena, não esquecendo o poderoso contributo que a comunicação social poderá dar neste campo, a ADFA empenhar-se-á no sentido de conseguir:

1. Obter a realização de programas de impacto na Televisão e Rádio, onde seja devidamente tratada a temática dos deficientes, apresentando-se a ADFA disponível para toda a colaboração.
2. Divulgação da ADFA e das suas actividades nos diversos órgãos de comunicação social.
3. Divulgação da ADFA e das suas actividades locais a nível da Imprensa regional.
4. Divulgação da ADFA em Placards camarários.
5. Promover um concurso de Radioamadores (CB's), com base na colaboração das associações de radioamadores.
6. Aproveitando a colaboração das fosforeiras e do Núcleo Filuminístico da ADFA, promover a divulgação de vários temas nas caixas e carteiras de fósforos.
7. Promover actividades culturais, recreativas, desportivas, colóquios, exposições e acções de esclarecimento.
8. Procurar desenvolver acções de sensibilização junto dos Estabelecimentos de Ensino.
9. Tentar, na área das delegações, levar a cabo, com a colaboração das autarquias e outras entidades, várias actividades de sensibilização e divulgação tendo em conta as potencialidades da ADFA e sua experiência.

pelas delegações acções concretas a decorrer no corrente ano.

Assim, prevê-se a realização, entre outras, das actividades a seguir indicadas.

10. Proceder à publicação de brochuras alusivas à História da ADFA e questões mais prementes, as quais devem ser distribuídas junto dos Órgãos de Soberania, Autarquias, Escolas, sócios da ADFA e população interessada.
11. Realizar torneios desportivos com outros deficientes.
12. Promover a discussão associativa da problemática dos deficientes em geral.

III — DATAS HISTÓRICAS

Serão intensificadas todas as acções no período compreendido entre Abril e Maio, por terem um significado bastante grande, que não podemos ignorar:

14 DE MAIO, data da criação da ADFA, será assinalado com a realização de uma sessão solene na Sede da ADFA.

25 DE ABRIL, data a partir da qual foi possível os deficientes das Forças Armadas organizarem-se em torno da sua Associação, será por nós assinalado com a realização de uma sessão ivocativa e um ciclo de colóquios sobre a Guerra Colonial.

IV — NÍVEL INTERNACIONAL

Intensificar os contactos com os seguintes organismos Internacionais:

Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, FMAC, na qual Portugal se encontra filiado através da ADFA, e proceder à divulgação dos fins e objectivos daquela organização internacional.

Fundo Mundial de Reabilitação no sentido de se prosseguir o estudo tendente à implantação em Portugal através da ADFA do seu plano e proceder à divulgação dos seus objectivos.

CALENDÁRIO DAS REALIZAÇÕES

MARÇO: — Motivar as delegações para a realização das actividades conjuntas

- Exposição na FIL
- Despoletar a formação de Núcleos

COM INÍCIO A 18 DE ABRIL

COLÓQUIOS SOBRE A

Há dez anos atrás, a guerra colonial era um pesadelo, um horror para todas as famílias, para todos os jovens, muitos dos quais abandonaram as famílias, o seu país e optaram pela fuga ao cumprimento do serviço militar. As evacuações e internamento dos evacuados da guerra eram feitos de molde a passarem despercebidos, para assim se evitarem protestos.

Hoje, dez anos volvidos sobre o fim da guerra colonial, ela está praticamente esquecida ou simplesmente se pretende ignorar. Para a juventude que agora é chamada a cumprir o serviço militar, a guerra colonial pouco ou nada lhe diz. Neste ano em que também completa dez anos, a ADFA, porque entende que é de primordial importância a discussão deste tema, porque

sário da ADFA e na sequência do programa apro, estão já planeadas várias actividades p, as quais irão sendo devidamente divulgadas, e a necessária antecedência, pelo jornal des serão descentralizadas ao nível das delegações ou de localidades onde os sócios a das acções a levar a cabo, publicamos também um calendário da programação até jeito a eventuais alterações.

OS DE LUTA

DESENVOLVER

pelas delegações acções concretas a decorrer no corrente ano.

Assim, prevê-se a realização, entre outras, das actividades a seguir indicadas.

10. Proceder à publicação de brochuras alusivas à História da ADFA e questões mais prementes, as quais devem ser distribuídas junto dos Órgãos de Soberania, Autarquias, Escolas, sócios da ADFA e população interessada.
11. Realizar torneios desportivos com outros deficientes.
12. Promover a discussão associativa da problemática dos deficientes em geral.

III — DATAS HISTÓRICAS

Serão intensificadas todas as acções no período compreendido entre Abril e Maio, por terem um significado bastante grande, que não podemos ignorar:

- 14 DE MAIO, data da criação da ADFA, será assinalado com a realização de uma sessão solene na Sede da ADFA.
- 25 DE ABRIL, data a partir da qual foi possível os deficientes das Forças Armadas organizarem-se em torno da sua Associação, será por nós assinalado com a realização de uma sessão ivocativa e um ciclo de colóquios sobre a Guerra Colonial.

IV — NÍVEL INTERNACIONAL

Intensificar os contactos com os seguintes organismos Internacionais:

Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, FMAC, na qual Portugal se encontra filiado através da ADFA, e proceder à divulgação dos fins e objectivos daquela organização internacional.

Fundo Mundial de Reabilitação no sentido de se prosseguir o estudo tendente à implantação em Portugal através da ADFA do seu plano e proceder à divulgação dos seus objectivos.

CALENDÁRIO DAS REALIZAÇÕES

- MARÇO: — Motivar as delegações para a realização das actividades conjuntas
- Exposição na FIL
 - Despoletar a formação de Núcleos

- Promover um torneio/encontro desportivo-recreativo na Sede da ADFA
- Publicação e distribuição de brochuras

BRIL: — Realização de um ciclo de colóquios sobre a Guerra Colonial

- Realização de uma exposição
- Sessão evocativa do 25 de Abril com a colaboração da Associação 25 de Abril

MAIO: — Promover jornadas desportivas e recreativas a nível da ADFA e de outras associações de Deficientes

- Realização de uma sessão solene no Palácio da Independência
- Promover um convívio Nacional de Sócios
- Fomentar a análise e discussões associativas sobre a ADFA
- Contacto com diversas escolas a fim de se proceder à realização de acções de sensibilização junto de alunos e professores

JUNHO: — Realização de actividades e torneios desportivos

- Levar a cabo realizações junto das delegações e eventuais núcleos, com o apoio de entidades locais

JULHO: — Realização de actividades dinamizadoras junto das delegações e núcleos com o apoio de outras entidades

- Promover a realização de encontros culturais e recreativos tendo em conta os filhos dos sócios

SETEMBRO: — Abertura de possíveis Núcleos com realização de actividades dinamizadoras dos sócios

- Utilizar espaços em placards camarários para sensibilização
- Tentar uma grande divulgação e sensibilização junto da Imprensa regional

OUTUBRO: — Promover convívios desportivos Realização de colóquios/debate sobre a FMAC

NOVEMBRO: — Promover a realização de um encontro cultural e desportivo integrado no aniversário do jornal «ELO»

- Implementar a divulgação do «ELO
- Fomentar a discussão sobre o associativismo, ADFA e suas perspectivas futuras
- Concurso de Radioamadorismo

DEZEMBRO: — Celebração, conjuntamente com outros organismos de e para deficientes, do dia Nacional do Deficiente

- Edição de um calendário da ADFA a ser distribuído pelos diversos organismos e empresas

NOTA: Não se encontram enunciadas todas as acções, do que parte delas carecem de um espaço temporal bastante grande.

COM INÍCIO A 18 DE ABRIL

COLÓQUIOS SOBRE GUERRA COLONIAL

Há dez anos atrás, a guerra colonial era um pesadelo, um horror para todas as famílias, para todos os jovens, muitos dos quais abandonaram as famílias, o seu país e optaram pela fuga ao cumprimento do serviço militar. As evacuações e internamento dos evacuados da guerra eram feitos de molde a passarem despercebidos, para assim se evitarem protestos.

Hoje, dez anos volvidos sobre o fim da guerra colonial, ela está praticamente esquecida ou simplesmente se pretende ignorar. Para a juventude que agora é chamada a cumprir o serviço militar, a guerra colonial pouco ou nada lhe diz. Neste ano em que também completa dez anos, a ADFA, porque entende que é de primordial importância a discussão deste tema, porque

o se deve ocultar, levará a cabo, nos próximos meses de Abril e Maio, um ciclo de colóquios sobre a guerra colonial e nos quais participam, entre outros, o escritor João de Melo, cuja biblioteca publicaremos no próximo número; o tenente coronel Fabião da Associação de Abril, o Sindicato dos Jornalistas e a ADFA. O ciclo de 4 colóquios terá lugar no Salão Nobre da

sede da ADFA, respectivamente nos dias 18 e 24 de Abril, 2 e 9 de Maio.

O primeiro será da responsabilidade da ADFA;

No segundo que terá lugar a 24 de Abril, participa o ten. cor. Fabião;

No terceiro, dia 2 de Maio, participa o escritor João de Melo;

No último, dia 9 de Maio, participa o Sindicato dos Jornalistas.

ANIVERSÁRIO DA ADFA • X ANIVERSÁRIO DA ADFA

estão já planeadas várias actividades e a necessária antecedência, pelo jornal ou de localidades onde os sócios enqui um calendário da programação até

LUTA

Promover um torneio/encontro desportivo-recreativo na Sede da ADFA
Publicação e distribuição de brochuras

BRIL: — Realização de um ciclo de colóquios sobre a Guerra Colonial
Realização de uma exposição
Sessão evocativa do 25 de Abril com a colaboração da Associação 25 de Abril

MAIO: — Promover jornadas desportivas e recreativas a nível da ADFA e de outras associações de Deficientes

Realização de uma sessão solene no Palácio da Independência
Promover um convívio Nacional de Sócios
Fomentar a análise e discussões associativas sobre a ADFA
Contacto com diversas escolas a fim de se proceder à realização de acções de sensibilização junto de alunos e professores

JUNHO: — Realização de actividades e torneios desportivos
Levar a cabo realizações junto das delegações e eventuais núcleos, com o apoio de entidades locais

JULHO: — Realização de actividades dinamizadoras junto das delegações e núcleos com o apoio de outras entidades
Promover a realização de encontros culturais e recreativos tendo em conta os filhos dos sócios

SETEMBRO: — Abertura de possíveis Núcleos com realização de actividades dinamizadoras dos sócios
Utilizar espaços em placards camarários para sensibilização
Tentar uma grande divulgação e sensibilização junto da Imprensa regional

OUTUBRO: — Promover convívios desportivos
Realização de colóquios/debate sobre a FMAC

NOVEMBRO: — Promover a realização de um encontro cultural e desportivo integrado no aniversário do jornal «ELO»
Implementar a divulgação do «ELO»
Fomentar a discussão sobre o associativismo, ADFA e suas perspectivas futuras
Concurso de Radioamadorismo

DEZEMBRO: — Celebração, conjuntamente com outros organismos de e para deficientes, do dia Nacional do Deficiente
Edição de um calendário da ADFA a ser distribuído pelos diversos organismos e empresas

NOTA: Não se encontram enunciadas todas as acções, do que parte delas carecem de um espaço temporal bastante grande.

GUERRA COLONIAL

o se deve ocultar, levará cabo, nos próximos meses de Abril e Maio, um ciclo de colóquios sobre a guerra colonial e nos quais participam, entre outros, o escritor João de Melo, cuja bibliografia publicaremos no próximo número; o tenente-coronel Fabião da Associação 25 de Abril, o Sindicato dos Jornalistas e a ADFA.
O ciclo de 4 colóquios terá lugar no Salão Nobre da

sede da ADFA, respectivamente nos dias 18 e 24 de Abril, 2 e 9 de Maio.

O primeiro será da responsabilidade da ADFA;

No segundo que terá lugar a 24 de Abril, participa o ten. cor. Fabião;

No terceiro, dia 2 de Maio, participa o escritor João de Melo;

No último, dia 9 de Maio, participa o Sindicato dos Jornalistas.



António Capucho, Ministro da Qualidade de Vida recebendo uma medalha da ADFA das mãos dum membro dos Órgãos Centrais — Almeida Santos — aquando da inauguração da Nauticampo

ADFA PRESENTE NA NAUTICAMPO

No âmbito das comemorações do X Aniversário, com o objectivo de sensibilizar a população para a problemática do deficiente e obter uma maior divulgação da ADFA dos seus objectivos e acção, a Associação esteve patente na Feira Internacional de Lisboa — FIL, de 9 a 18 de Março, com um stand, o qual foi

visitado por milhares de pessoas.

O referido stand que foi visitado pelo ministro da Qualidade de Vida, no dia da inauguração da Nauticampo, contou com uma pequena exposição de fotografias, artigos de desporto, livros e material de dinamização da ADFA.

AS pessoas que visitaram o stand foram distribuídas targetas e brochuras explicativas do trabalho desenvolvido pela ADFA durante estes dez anos, bem como da sua implantação, representatividade, serviços que presta e reivindicações mais prementes.

Apesar da Nauticampo ser constituída por material

de campismo, caravanismo, desporto e tempos livres, ela é, sem dúvida, uma das feiras com maior número de visitantes.

Durante o corrente ano é possível que a ADFA venha a estar presente noutra feira, também bastante importante, a Juventus, que se realiza em Junho próximo.

MAPA DAS ACTIVIDADES ATÉ JUNHO

DIAS	MÊS	LOCALIDADE	HORA	ACTIVIDADES
9 a 18	MARÇO	FIL — Nauticampo	13 às 15	Stand da ADFA com exposição de fotografias, material de desporto e artigos de dinamização.
31	MARÇO	LISBOA — Sede	9	Torneio quadrangular de Futebol de Salão no campo do Bairro da Boavista, junto ao Estádio Pina Manique.
			13	Almoço, com inscrição prévia, no bar da ADFA.
			15	Torneios de Bilhar e Sueca e projecção de filmes para crianças. Reunião informativa de âmbito geral.
			16	Projecção de um filme sobre a problemática do deficiente.
1	ABRIL	LISBOA-SETÚBAL	9.30	Caravana em automóvel e piquenique na Cumenda, Serra da Arrábida, com a colaboração da delegação de Setúbal.
	ABRIL			Convites às escolas para organização de visitas à exposição fotográfica na sede da ADFA.
18	ABRIL	Sede — ADFA	20.30	Início do ciclo de colóquios sobre a guerra colonial.
24	ABRIL	Sede — ADFA	20.30	2.º Colóquio sobre a guerra colonial com o ten.-cor. Fabião da Associação 25 de Abril.
25	ABRIL	Sede — ADFA	15-19	Abertura da exposição. Projecção de filmes sobre os países africanos de expressão portuguesa.
	ABRIL			Saída das colecções de carteiras de fósforos sobre desporto para deficientes.
2	MAIO	Sede — ADFA	20.30	3.º Colóquio «Literatura e Guerra Colonial», com João de Melo.
4 e 5	MAIO	ALMEIRIM	—	Jornadas de sensibilização com a colaboração da DGD.
9	MAIO	Sede — ADFA	20.30	Último colóquio «Guerra Colonial e Informação», com Sindicato dos Jornalistas.
12 e 13	MAIO	Sede — ADFA	—	Convívio associativo e jornadas desportivas.
14	MAIO	Sede — ADFA	—	Sessão solene.
26	MAIO	COIMBRA	—	Convívio Nacional de Sócios.
9	JUNHO	ALCOBAÇA	—	Reunião e convívio com sócios da zona.
10	JUNHO	CARTAXO	—	Reunião e convívio com sócios e piquenique.



AS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL PELA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL



ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

A comemoração do 10.º Aniversário da Revolução do 25 de Abril vai ser desenvolvida pela Associação 25 de Abril através de um número significativo de realizações de índole cultural e desportiva que visam assinalar o momento histórico mais importante da recente história portuguesa — o 25 de Abril de 1974 pela participação de todos os portugueses na sua evocação.

Do seu programa de comemorações transcrevemos em seguida o projecto geral e apresentamos o regulamento da iniciativa «Participação Infantil». Além do Concurso de Poesia, que hoje voltamos a noticiar, «10 Anos de Abril» são o tema de concurso jornalístico e de concurso radiofónico: o concurso jornalístico destina-se a distinguir os melhores trabalhos jornalísticos escritos, publicados na imprensa portuguesa, de 1 de Janeiro a 30 de Abril de 1984, enquanto o concurso radiofónico se propõe distinguir os melhores trabalhos radiofónicos, transmitidos nas emissoras portuguesas de 1 de Março a 31 de Maio de 1984, devendo os trabalhos ter por tema o 25 de Abril e vindo a ser atribuídos aos mesmos prémios pecuniários significativos.

No campo desportivo vão realizar-se a I Maratona de Abril e a VII Corrida da Liberdade.

Chamamos também a atenção para a realização do Primeiro Seminário da Associação 25 de Abril: O 25 de Abril, 10 Anos Depois e os três «D» do M.F.A.» (*Democratizar, Descolorizar, Desenvolver*), a decorrer de 2 a 5 de Maio, e a «Exposição Bibliográfica e Documental: Portugal-Abril; 25 de Abril — 10 Anos de Democracia», exposição a realizar na Faculdade de Letras, de 30 de Abril a 31 de Maio, numa iniciativa conjunta com a Associação Portuguesa de Escritores.

ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

10.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

EM CONCURSO DE POESIA

Integrado nas comemorações dos dez anos da Revolução de 1974, a Associação 25 de Abril promove um concurso de poesia alusiva ao tema. Todos os trabalhos, inéditos, devem ser enviados para aquela Associação (Forte do Bom Sucesso — 1400 Lisboa) até ao próximo dia 31 de Março, dactilografados em cinco exemplares, assinados com pseudónimo e identificação anexa em envelope lacrado. São admitidos todos os géneros de poesia e os prémios são respectivamente de 50, 25 e 10 contos. O júri é constituído por Sophia de Mello Breyner Andersen, David Mourão-Ferreira, José Carlos de Vasconcelos, Manuel Alegre e Urbano Tavares Rodrigues.



10.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

PARTICIPAÇÃO INFANTIL

DEDICADA AS CRIANÇAS ATÉ AOS 15 ANOS DE IDADE, INCLUSIVE

PROSA, PINTURA, COLAGEM, DESENHO, BANDA DESENHADA, POESIA

ENVIA OS TEUS TRABALHOS EM MODELO A3 OU A4 ATÉ
AO DIA 31 DE MARÇO DE 1984 PARA

ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
FORTE DO BOM SUCESSO
1400 LISBOA

OU ENTREGA-OS NA TUA CAMARA MUNICIPAL OU NUMA COLECTIVIDADE
DE CULTURA E RECREIO: ELES SERÃO APRECIADOS PELOS TEUS AMIGOS

— GLÓRIA MARREIROS — MARIA ALBERTA MENERES
— JOSÉ BARATA MOURA — NORONHA FEIO
— JULIO ISIDRO — VASCO GRANJA

T E M A :

O 25 DE ABRIL E O DIREITO DA CRIANÇA À PAZ
E SOLIDARIEDADE UNIVERSAIS



PROGRAMA GERAL DAS COMEMORAÇÕES DO X ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

A. ABERTURA DAS COMEMORAÇÕES

Sessão solene, que se realizou em 9SET83 e foi presidida por S. Ex.ª o Presidente da República.

B. EVOCAÇÃO DO MOVIMENTO DOS CAPITÃES

- 9SET73: Foi já evocada esta reunião, em 10SET83, no Monte Sobral (Alcáçovas).
- 1DEZ73: Foi já evocada em 1DEZ83, em Óbidos.
- 5MAR74: Reunião evocada em Cascais. (8 Mar)
- 13MAR74: Reunião evocada no Clube Militar Naval.
- 16MAR74: Data que será evocada, com programa a definir.
- 24/25ARR74: Evocação que se fará no Regimento de Engenharia de Lisboa, na Pontinha, com programa a definir.

C. EVOCAÇÃO DE ABRIL

- Concursos evocativos «25 de Abril: Concursos de poesia, jornalístico e radiofónico. Participação da criança (não é propriamente um concurso).
- Primeiro Seminário da A25A: A realizar sob o tema «O 25 DE ABRIL, 10 ANOS DEPOIS — os três «D» do M.F.A.» (2 a 5 de MAIO, inclusive).
- Desporto: Várias provas de atletismo, ciclismo, ginástica, judo, brigde, etc., a realizar por alturas de 25 de Abril de 1984.
- Exposição: Exposição «Portugal — Abril» será inaugurada em 24ABR84.

Dívida em quatro temas, (Pintura/escultura: medallística/filatelia/numismática; autocolantes/cartazes/publicações várias; livros) procurar-se-á que algumas sejam itinerantes e se desenvolvam até 16OUT84.

- Convívio popular: Grande convívio a realizar em 25ABR84.
- Evocação da libertação dos presos políticos: Evocação a realizar em Caxias e Peniche.
- DIVERSOS
 - Almoço comemorativo a realizar em Lisboa em 28ABR84.
 - Grande espectáculo de Animação Cultural, a realizar em Lisboa em 28ABR84.
 - Visita — Convívio à A25A, a realizar em 24ABR84.
 - Elaboração de uma medalha, cartazes, auto-colantes, etc.
- Comemorações na Província. A estudar

D. ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES

- Primeiros encontros Culturais e Científicos da A25A: Aprofundamento dos temas tratados no Seminário e tratamento da problemática da Defesa Nacional, nomeadamente no seu Vector Militar, numa óptica de Abril a realizar de 11 a 14OUT84. Pensa-se abrir a participação a estrangeiros.
- 16OUT84: Distribuição dos prémios dos concursos «25 de Abril» (em sessão solene) e encerramento da exposição «PORTUGAL — ABRIL».



10.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

VII CORRIDA DA LIBERDADE

25 ABRIL 1984

(3.ª FEIRA)

A PARTIR DAS 9 HORAS

INSCRIÇÕES ATÉ DIA 21 DE ABRIL

NA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA
E RECREIO

RUA DA PALMA, 256 - A

1100 LISBOA

(TELEFONE 86 16 19 OU 86 36 43)



I MEIA MARATONA DE ABRIL 25 DE ABRIL DE 1984

Trafaria (Partida às 9.30 h.)

Praça do Comércio (com travessia da Ponte 25 de Abril)

INSCRIÇÕES ATÉ 20 DE ABRIL NA

ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
FORTE DO BOM SUCESSO
1400 LISBOA

(Telefones 61 68 21 ou 61 68 39)

OU ATÉ 15 DE ABRIL

NA ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE LISBOA
OU NA ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE SETÚBAL

PARA TODOS OS ESCALÕES, A PARTIR DOS 18 ANOS

JUNIORES (Masculinos e Femininos), SENIORES (Masculinos e Femininos),
VETERANOS I, II e III Masculinos e VETERANOS Femininos.

PRÉMIOS ATÉ AO 30 DE CADA ESCALÃO, SIMBOLO DE PARTICIPAÇÃO
PARA TODOS OS QUE CONCLUÍREM A PROVA E OUTROS PRÉMIOS A
DIVULGAR

— PARTICIPA NESTA GRANDE FESTA DESPORTIVA

FUNDAÇÃO SAIN COMEMORA 25 ANOS AO SERVIÇO DA REABILITAÇÃO DE CEGOS ADULTOS

A passagem em 1984 do 25.º Aniversário da Fundação Sain, constitui uma oportunidade para dirigirmos um olhar sobre a vida actual da Fundação Raquel e Martin Sain e referirmos o balanço da sua actividade.

Muitos dos sócios da ADFA, que ficaram cegos, foi na Sain que tiveram o início da sua reabilitação, fazendo parte das mil e cem pessoas cegas que frequentaram até hoje os seus estágios de reabilitação sensorial e psico-social. Com a participação do sector de Formação Profissional e Colocação foram profissionalmente colocados ou reintegrados pelo milhar de pessoas. Frequentaram a Oficina de Treino Profissional cerca de oitenta pessoas, 28 das quais em programas de formação profissional.

O peso histórico da sua acção debate-se hoje face à ausência de um quadro de apoio financeiros definidos que garanta a sua estabilidade institucional e permita que a sua acção preencha uma parte das lacunas actuais, no campo da reabilitação e integração social dos cegos adultos.

Dotada de um edifício, com cinco pisos, que seguiu a arquitectura mais comum dos anos cinquenta, localizada numa zona de Lisboa hoje já considerada central, em Alvalade, na Rua João Saraiva, n.º 11, não podemos considerar que a Fundação Sain possua as instalações mais adequadas a um centro de reabilitação, embora elas reünam condições bastante razoáveis e constituam um património de grande valor.

Aberta a Sain à reportagem do Elo, desde a Direcção, aos técnicos e aos deficientes visuais envolvidos no processo de reabilitação psico-social e sensorial ou na formação profissional, sentimo-nos acolhidos familiarmente e colocados por dentro da Fundação. O pulsar da Fundação está aí, entre as dificuldades que o cego recente encontra pela perda da visão e o seu despertar para um novo domínio de si e das situações que o envolvem, entre o peso histórico da Fundação e a encruzilhada em que está colocada, ao entrar nos seus 25 anos de vida.

A realidade presente da Sain, um pouco do seu passado e o perspectivado do seu futuro, constituem a nossa mensagem para o leitor, ao fim da visita que fizemos à Fundação, em pleno funcionamento, e como resultado das informações prestadas pela Direcção e por alguns técnicos, nomeadamente a assistente social, o responsável pelas oficinas e a enfermeira, e com base nos documentos sobre a Fundação e o processo de reabilitação, que nos foram fornecidos.

Fundada em 1959, teve um papel pioneiro

Na origem da Fundação Raquel e Martin Sain, está o casal romeno, Martin Sain e Raquel Sain, que doaram para a criação da Fundação meio milhão de dólares, tendo o Dr. Henrique Moutinho, oftalmologista, e o Dr. João dos Santos, psicólogo, estruturado o plano da obra a realizar.

A novidade da Fundação Sain, foi constituir um centro de reabilitação em que todas as dimensões da reabilitação fossem contempladas num plano integrado, sendo a pessoa cega acompanhada por uma equipa multidisciplinar, na sua avaliação, durante o estágio e na sua colocação profissional e integração social. A reabilitação foi então perspectivada tendo a integração social do cego como objectivo último, de modo que na sociedade e no mundo do trabalho o cego se colocasse como um membro activo e participante, afectado somente pela perda da cegueira e não por outras perdas mais, consequências inevitáveis da cegueira na ausência da reabilitação.

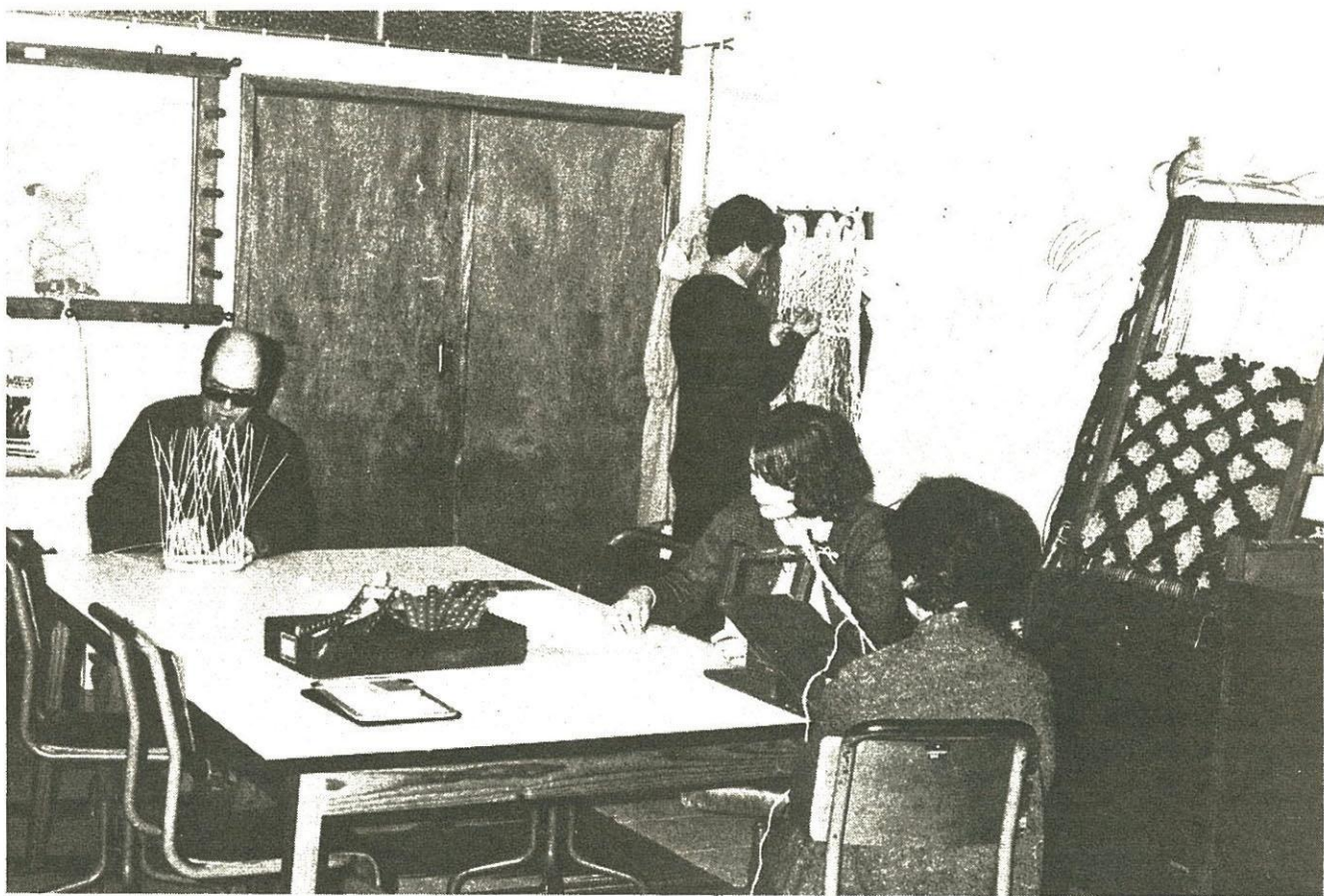
Assistida pela Fundação Americana para a Cegueira, a formação dos primeiros técnicos e a organização dos serviços de reabilitação foram realizadas por Albert Ansejo e sua esposa, enviado pela Fundação Americana, da qual era técnico e conselheiro, que esteve em Portugal durante dezasseis meses, a partir de Outubro de 1961. Além da reabilitação, também a formação de técnicos passou a ser contemplada, tendo chegado a colher a atenção da directora do Centro de Reabilitação de Marly, Paris, e recebido o Instrutor de Orientação e Locomoção do mesmo centro, com vista à sua formação.

As Jornadas de Sensibilização aos problemas dos cegos adultos

No âmbito da sensibilização da opinião pública, da investigação no domínio da reabilitação e da reflexão sobre o trabalho desenvolvido pela Fundação, constituíram as «Jornadas de Sensibilização aos problemas dos cegos adultos», ao longo dos dias 16, 17 e 18 de Dezembro de 1981, uma importante iniciativa da Sain, neste domínio.

Das Jornadas, ficaram-nos comunicações dos diferentes técnicos da equipa de reabilitação e de treino profissional, nomeadamente sobre o serviço social, o papel do psicólogo, a assistência médica e de enfermagem, as actividades da vida diária, a terapia ocupacional, as técnicas de comunicação, o treino e formação profissional; e sobre a cegueira e o processo geral de reabilitação.

De entre os artigos e comunicações mais desenvolvidas, destacamos: *As causas da cegueira nos utentes da Fundação Sain*, pela médica da Fundação, Maria do Carmo Martinho; *Referência Breve a Alguns Efeitos Psicológicos da Cegueira*, pela psicóloga do Centro, Maria A. L. M. Costa Nunes; *Diabetes e Cegueira*, pelo Dr. Manuel Machado Sá Marques; *Traumatologia e Cegueira*, pelo Dr. Jorge Emílio S. Manaças; *Proposta para um Esquema de Política de Reabilitação dos Cegos Adultos*, pela Directora da Fundação, Maria Otília.



Na terapêutica ocupacional o trabalho manual desempenha um papel importante

O Programa de Reabilitação Sensorial

O programa desenvolvido de reabilitação sensorial, conjugado com a assistência ao estagiário levada a cabo pela assistente social, pelo psicólogo, pelo médico, pela enfermeira, dá-nos uma ideia sobre a perspectiva de reabilitação que desde o seu início norteou a Sain.

No Centro de Reabilitação o estagiário frequenta 6 aulas diárias e é estimulado a tomar parte nas actividades sociais normais.

A duração média do estágio é de quatro meses em regime de internato.

Serviço Social

ANTES DO ESTÁGIO

- Em estreita colaboração com a Equipa, o Serviço Social organiza o processo de admissão e estuda o caso.
- Apresenta-o à decisão da Equipa.

DURANTE O ESTÁGIO

- O Serviço Social colabora na adaptação do estagiário a si próprio e na sua integração no Grupo.
- Continua o estudo e o esclarecimento sócio-familiar.

DEPOIS DO ESTÁGIO

- O Serviço Social continua a acompanhar o ex-estagiário até à sua integração no meio
 - Familiar
 - Social
 - Profissional

Assistência Psicológica

ACTIVIDADES DO PSICÓLOGO

- 1 — Exame psicotécnico de admissão.
- 2 — Entrevistas repetidas, individuais e de grupo, durante o estágio.
- 3 — Colaboração nas reuniões de técnicos para admissão, apreciação semanal no período do estágio, e avaliação final.

II

O Psicólogo estuda, diagnostica, avalia ou modifica, na admissão e durante o estágio, os factores seguintes:

- a) — Nível e tipo de inteligência do candidato-estagiário.
- b) — Personalidade e distorções da cegueira: equilíbrio emocional, inserção familiar, ajustamento social.
- c) — Habilidade manual, coordenações psico-motrices e binomiais, tempos de reacção, automatismos.
- d) — Sensibilidade táctil e capacidade de relacionar no espaço.
- e) — Interesses profissionais mais desenvolvidos.
- f) — Grau de consciencialização dos problemas inerentes à cegueira.

Actividades da Vida Diária (AVD)

Pretende dar ao indivíduo cego independência pessoal, através de:

- 1 — Conhecimento de Saúde e Prevenção de Doença. Através de
 - Aulas elementares de fisiologia.
 - Breves conceitos de Saúde Pública.
 - Prevenção de Acidentes.
- 2 — A motivação necessária para que cuide de se apresentar bem, relativamente à micro-sociedade onde irá viver. Através de



Desempenho das Actividades da Vida Diária, sem preconceitos sobre tarefas femininas e masculinas

- Aulas teóricas de Postura e Boas Maneiras.
- Prática de cuidar das roupas e arranjo pessoal diário.

- 3 — Elementos para uma boa integração sócio-laboral. Através de
 - Aulas de grupo, com actividades parcelares interdependentes, conduzidas para um mesmo objectivo final.

- 4 — Segurança na frequência dos lugares públicos. Através de
 - Visitas funcionais a pastelarias, mercados, mercearias, etc., orientados pelo técnico da especialidade.

Orientação e Locomoção

O ensino das técnicas de

- Orientação e
- Locomoção com a bengala longa

 é um dos mais importantes no Centro de Reabilitação. Aprendendo essas técnicas, a pessoa cega adquire auto

FUNDAÇÃO SAIN COMEMORA 25 ANOS AO SERVIÇO DA REABILITAÇÃO DE CEGOS ADULTOS

(Continuação da pág. 11)

domínio e desembaraço que lhe permitem deslocar-se sózinha para qualquer local desconhecido e utilizar meios de transporte colectivo.

Terapêutica Ocupacional

A terapêutica Ocupacional utiliza o trabalho manual para:

- Desenvolver, treinar e aperfeiçoar as capacidades e habilidade manuais.
- Levar a pessoa cega a aceitar a sua incapacidade na medida em que descobre possibilidades novas que compensam a sua deficiência.
- Desenvolver e estimular a motivação para o trabalho, despertando o auto-apreço e dando vazão às tensões emocionais.
- Proporcionar a execução de tarefas exploratórias dos interesses e aptidões profissionais, tempos de reacção, conexões, capacidade de atenção, memória, etc.

Na Terapêutica Ocupacional são utilizados diversos materiais, ferramentas e maquinismos.



A aprendizagem do Braille é fundamental para prosseguir os estudos ou recorrer à comunicação escrita

Técnicas de Comunicação:

DACTILOGRAFIA E ESCRITA À MÃO

Esta disciplina procura avaliar e desenvolver:

- a) facilidade de aprendizagem;
- b) compreensão das instruções e possibilidade de esquematização mental;
- c) memória;
- d) concentração;
- e) orientação física no espaço de trabalho;
- f) destreza de dedos;
- g) coordenação bi-manual.

FINALIDADE

- Independência na comunicação escrita.
- Possibilidade de trabalho profissional.

LEITURA E ESCRITA BRAILLE

Esta disciplina tem por finalidade o desenvolvimento das capacidades tátil e intelectual das pessoas cegas, despertando numas o gosto de se cultivarem através da escrita e da leitura, e dando a outras a possibilidade de continuarem um caminho que lhes parecia vedado pela cegueira.

O Aproveitamento dos Resíduos Visuais

Dado que a cegueira não corresponde sempre à cegueira total, à ausência de percepção luminosa, vindo hoje os progressos da medicina e da óptica a retardar cada vez mais a perda total dos resíduos visuais ou a impedir a mesma perda, a enfermeira da Fundação Sain, D. Maria Clara, destacou-nos a importância do aproveitamento dos resíduos visuais, que passa ainda pela sensibilização levada a cabo por ela, tanto dos deficientes visuais, como dos oftalmologistas, para o aproveitamento dos resíduos visuais, quando existem, e que implica também o treino da visão residual.

Além do papel da enfermeira junto do cego, de modo a torná-lo um participante activo nos cuidados que têm que ter com a sua saúde, indo-se neste domínio até conseguir que, por exemplo, no campo da diabetes seja o próprio cego a administrar-se as injecções necessárias, referiu-nos assim a enfermeira Maria Clara o seu papel, no campo oftalmológico:

— Aparecem indivíduos que não têm nenhum resíduo visual aproveitado.

— Tenho procurado agudizar o estagiário e o oftalmologista para o aproveitamento dos seus resíduos visuais. É muito importante o estudo oftalmológico global, quer da visão periférica, quer da visão central.

Neste domínio ainda, foi-nos referido fazer-se sentir a falta de um oftalmologista dentro da equipa multi-disciplinar da Fundação Sain, embora numa forma geral se tenha encontrado apoio nos serviços de oftalmologia a que os estagiários recorrem, conforme nos confessou D. Maria Clara, que não deixou também de focar o custo elevadíssimo das lentes especiais e a ausência de um esquema ajustado da Segurança Social para a sua aquisição.

OFICINA DE TREINO PROFISSIONAL

Está integrada também na Fundação SAIN uma oficina de treino profissional, sobre a qual e o curso nela ministrado publicaremos uma notícia desenvolvida num próximo número do ELO.



Reparação de vedantes para as torneiras das bilhas de gás

ADFA PARTICIPOU EM REUNIÃO DA FMAC

(Continuação da pág. 3)

em relação aos Deficientes civis, fundamentando-se tal procedimento na obrigação moral do Estado para com aqueles que adquiram a sua deficiência ao serviço da Nação.

- 4 — Existe na quase totalidade dos países um gabinete ao nível dos Ministérios da Defesa, onde são tratados os problemas dos Deficientes militares.
- 5 — É absolutamente necessário o contacto entre as organizações de Deficientes e os Governos, para que estes se possam inteirar das suas carências e encontrar vias de solução que devem ser previstas nos programas de desenvolvimento de todos os países.
- 6 — É de realçar o interesse das organizações europeias no contracto com os Países Africanos, sendo neste aspecto evidente a expectativa em relação à actuação da ADFA.

Neste capítulo será mesmo possível englobar algumas acções como o suporte de organizações como a CEE.

- 7 — Vontade evidente de dar a conhecer aos jovens o que é a FMAC e quais os objectivos que pretende atingir, no âmbito do Ano Internacional da Juventude, que irá decorrer em 1985.
- 8 — O desarmamento, a cooperação e o desenvolvimento são linhas mestras da filosofia da FMAC.
- 9 — A FMAC está extraordinariamente bem colocada para levar problemas a organizações como a OIT, OMS, Conselho da Europa e outras, o que se traduz num apoio que urge não desperdiçar.

A realização em Portugal da próxima reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, demonstra não só

o interesse da participação da organização representante de Portugal na FMAC, mas também o reconhecimento da ADFA como organização capaz de contribuir validamente para a discussão dos problemas a nível internacional. A realização desta reunião em Portugal traz à ADFA uma grande responsabilidade, que só poderá ser levada a bom termo com a ajuda dos poderes institucionais.

No capítulo financeiro a ADFA encontra-se tremendamente desfavorecida em relação às congéneres europeias. Todas elas disfrutando de orçamentos muito superiores e detentoras de volumosos patrimónios, nomeadamente em casas de repouso semelhantes àquelas em que ficámos alojados durante a nossa estadia. O UDK dispõe de mais 3 casas de repouso além da de Alltan. Com excepção da Turquia, de que não tive oportunidade de obter informações, todos os outros países participantes dispõem de casas de repouso próprias.

A Associação de Deficientes de Guerra Noruegueses dispõe dum subsídio estatal de 25 milhões de coroas. A Associação Holandesa BNMO, foi concedida a exploração dum lotaria que lhe permite grande desafogo, têm centros para Deficientes com residência permanente. Esta Associação tem somente 5000 associados. Os amputados de guerra ingleses têm um peditório nacional que lhes proporciona fundos, e as suas 130 delegações são fortemente apoiadas pelas unidades militares da respectiva zona. Além disso o seu trabalho apoia-se muito na base do voluntariado, tendo inclusivamente equipas médicas, de juristas etc. que colaboram gratuitamente. A Associação Alemã UDK é também fortemente apoiada pelo Governo.

MÁRIO DIAS

CRISE DE SOBREVIVÊNCIA OU SALTO QUALITATIVO

Dada a perda quase total dos rendimentos económicos próprios da Fundação e face ao processo de Regionalização da Segurança Social, iniciado sem a definição nacional de uma Política de Reabilitação, encontra-se a Fundação Sain, que teve desde o seu início uma vocação nacional, sem um quadro de apoios financeiros definidos. Além de nos ter sido referido a existência de um diálogo difícil entre as entidades oficiais e a Fundação, a Presidente da Administração, no seu discurso proferido na sessão solene, referiu mesmo a possibilidade de se poder chegar à situação extrema indesejável de a Fundação ter que encerrar as suas portas, se não dor garantida a estabilidade institucional, traduzida num quadro de apoios financeiros definidos, consubstanciados em acordos de cooperação, quadro a que a Fundação aspira, na sequência do seu reconhecimento com o Instituto Particular de Solidariedade Social.

Partindo da reflexão e de estudos de fundamentação que porporcionem a equação das acções adequadas a uma correcta Política de Reabilitação, a Fundação Sain perspectiva o seu futuro dentro da necessidade da existência de um Centro de Reabilitação Sensorial e Vocacional, de âmbito nacional, utilizando e valorizando o equipamento já existente, cujo processo de reabilitação deverá ser sempre acompanhado pelo Centro Regional de Segurança Social, da área de residência do deficiente; dentro da necessidade de implementação do apoio domiciliário, descentralizando as respostas e apoios, e não os Centros de Reabilitação, e dentro da necessária formação de técnicos para o apoio local e domiciliário.

De certo que as potencialidades, a equipa de técnicos e a experiência da Fundação Sain, onde perdura a memória de Bernardo Santareno, nome literário do Dr. Martinho Rosário, que ao longo dos seus últimos 17 anos de vida marcou o projecto da Fundação e deu força a inúmeros deficientes visuais, não serão subaproveitadas ou lançadas no esquecimento.

TORNEIOS

(Continuação das centrais)

- 6 — No caso de empate será seleccionada a equipa com maior número de vitórias.
- 7 — Cada jogo ganha vale um ponto e cada partida ganha vale quatro pontos.
- 8 — Haverá um bónus de dois pontos por cada partida ganha.
- 9 — A cada equipa será atribuída uma letra por ordem alfabética de acordo com a inscrição.
- 10 — A realização das partidas, na 1.ª e na 2.ª voltas, poderá ser realizada em data e hora a marcar pelas duas equipas participantes em cada partida, no período compreendido entre 26 e 31 de Março, ambos inclusive.
- 11 — No caso de não haver acordo entre as duas equipas, o DDCD marcará o dia e hora da partidas.
- 12 — As três equipas apurada para a final, a realizar no dia 31 de Março, a partir das 14 horas, disputarão entre si o 1.º, 2.º e 3.º lugares.
- 13 — Serão atribuídos prémios às três primeiras equipas.
- 14 — Se após o cumprimento do n.º 6 deste regulamento se verificar empate recorrer-se-á à realização de três equipas para eliminação de uma das equipas.
- 15 — A falta de comparência implica a perda das três partidas com zero pontos.
- 16 — Todos os casos omissos serão resolvidos pelo DDCD.

TORNEIO DE BILHAR REGULAMENTO

- 1 — No Torneio de Bilhar podem participar todas as pessoas que previamente se inscrevam no âmbito do DDCD, até 23-3-84.
- 2 — No acto da inscrição cada participante pagará a importância de 100\$00.
- 3 — O torneio consta de 50 carambolas livres por partida.
- 4 — Ganha quem em primeiro lugar concluir as 50 carambolas.
- 5 — Só podem jogar dois participantes de cada vez.
- 6 — Cada jogador fará uma partida com os demais jogadores.
- 7 — O torneio realizar-se-á em apenas uma volta.
- 8 — Serão apurados os quatro participantes que obtiverem maior número de vitórias, os quais disputarão entre si os três primeiros lugares.
- 9 — Em caso de empate será apurado aquele que em menos tempo concluiu as 50 carambolas.
- 10 — Os casos omissos serão resolvidos pelo DDCD.
- 11 — A falta de comparência implica a perda da partida.

CITRÖEN — VENDE-SE

Vendo Citröen GS-1220 (1974), com embrulagem automática.

Forneço comandos manuais de acelerador e de travão (com desenhos).

Bom estado de conservação, demonstrável por experimentação e por facturas recentes de manutenção.

Preço a assentar

Trata o próprio (Sócio n.º 8327). Tel. 78 18 15, a partir das 20 horas.

CULTURA

DEFICIENTES CÉLEBRES

MARQUÊS DE SÁ DA BANDEIRA

Com o objectivo de dar a conhecer a vida de alguns deficientes que apesar da deficiência que sofreram, conseguiram ultrapassar esse obstáculo, afirmando-se de forma notória na transformação da sociedade, iremos publicar artigos sobre a vida de alguns deles.

O 1.º artigo publicado é de Domingos Boleiro, estudante de História da Faculdade de Letras de Lisboa, que muito amavelmente nos prestou esta colaboração com este artigo sobre a vida do Marquês de Sá da Bandeira, «O Português mais ilustre do seu século», segundo Alexandre Herculano.

Bernardo de Sá Nogueira, mais conhecido por Marquês de Sá da Bandeira, ou simplesmente chamado pelo «povinho», Sá da Bandeira. Nasceu em Santarém a 26 de Setembro de 1795 e morreu em Lisboa a 6 de Janeiro de 1876. Uma vida inteiramente dedicada à defesa da «Pátria» e ao seu engrandecimento. Pode parecer que se esteja a historiar este grande homem à maneira da história romântica, a história dos «grandes senhores», mas não, trata-se sim de fazer um préstimo de homenagem, a um homem que foi de grande utilidade para o evoluir do processo histórico, e que tem andado um pouco esquecido na nossa história.

Ingressa no exército como voluntário no Regimento de Cavalaria 11, em 14 de Abril de 1810 como cadete, apenas com 15 anos, tendo em 15 de Dezembro do mesmo ano, sido promovido a alferes e colocado em Cavalaria 10. A sua carreira militar é inseparável da política.

Em 6 de Junho de 1812 passou para cavalaria com o posto de tenente. Lutou contra os franceses nas Guerras Peninsulares, onde no combate de Gers-França — em 13 de Maio de 1814 é ferido e feito prisioneiro. Regressa ao país em 30 de Maio depois de restabelecida a paz geral. Este contacto com França alimentou-lhe o espírito de ideias grandiosas o que o leva a abraçar o movimento liberalista que estava então embrionário, contra o despotismo absolutista proclamado como divino. Consagra-se de corpo e alma aos estudos matemáticos e de desenho pelo que se matriculou na Academia de Artilharia; Fortificação e Desenho. Coursou também na Universidade de Coimbra em 1818. Em 11 de Maio de 1819 é promovido a capitão.

Explode em força, em 1820, o movimento liberalista contra o absolutismo em França, Sá da Bandeira declara-se abertamente liberal. Parte para França, arrendendo em entusiasmo, ingressa nas fileiras revolucionárias contra o despotismo absolutista. Em França aperfeiçoa os seus estudos até 30 de Setembro de 1824, data em que regressa a Portugal, sendo colocado no Corpo Real de Engenheiros.

Rebenta em Portugal a guerra civil entre miguelista e liberais, tendo-se Sá da Bandeira destacado no combate contra os realistas, o que lhe valeu a promoção a major e a nomeação de ajudante de campo do general conde de Vila Flor. Continua a luta contra o regime absolutista o que o notabilizou. Vê-se obrigado a abandonar o País por duas vezes, uma retira-se para a Galiza para reestruturar o exército liberal, e a outra contra a sua vontade é feito prisioneiro e enviado para a ilha de S. Miguel onde triunfava o absolutismo. Contudo consegue escapar e chegar à ilha Terceira em 12 de Dezembro de 1829, onde o Conde Vila Flor era capitão general das forças liberais dos Açores, nomeando-o Ajudante de Ordens.

Regressa ao país em 1832, é nomeado por D. Pedro seu ajudante de campo e governador militar do Porto e inspector dos Batalhões Nacionais. É promovido a tenente-coronel. Em 8 de Setembro é ferido no braço direito, tendo de ser amputado, em pleno combate, com as forças miguelistas no alto da Bandeira, este ferimento vêm-lhe redobrar a vontade, a ânsia de vingança.

Dois meses depois do ferimento já montava a cavalo, dando-se por curado, retoma o combate com vigor redobrado, D. Pedro, pela sua espantosa coragem e capacidade de superar as adversidades, nomeia-o ministro do Reino, e dá-lhe interinamente a pasta do Reino. É feito coronel e condecorado com a Ordem da Torre e Espada. Bate-se com grande valentia contra o ataque miguelista ao monte das Antas, ponto estratégico de grande importância para defesa das linhas do Porto, é ferido novamente, agora na perna direita. Recebe o título de barão de Sá da Bandeira.

Nas lutas contra a tirania dos miguelistas, combate ainda ao lado do comandante Saldanha, sendo depois nomeado governador militar do Algarve, conseguindo victoriosamente desalojar as forças miguelistas que ameaçavam Faro. Liberta as partes mais importantes do Algarve, obrigando os miguelistas a internarem-se no Alentejo. Entra a 10 de Março de 1834 com as suas forças em Beja. Os miguelistas em vez de continua-



rem internando-se no Alentejo, furtam-se às tropas liberais e recuam novamente para o Algarve. Em 24 de Abril de 1834 Sá da Bandeira encontra as tropas do general miguelista Cabreira, em S. Bartolomeu de Massines de onde sai derrotado pela superioridade numérica do adversário.

Os combates continuaram e Cabreira é obrigado a recuar para o Alentejo. Em 27 de Maio é consumada a rendição miguelista, no entanto Cabreira continuava a lutar. Só no princípio de Junho se encontra com Sá da Bandeira e lhe entrega as armas. Depois da rendição regressa a Lisboa, sendo nomeado Par do Reino por D. Pedro. E a partir daqui que politicamente Sá da Bandeira surge como homem forte do estado. Faz parte do Governo de José Jorge Loureiro como ministro do Reino e da Marinha. Este Governo é dissolvido pela revolução democrática de Setembro (o Setembrismo) encabeçada por ele. É nomeado chefe do Governo, altura em que aproveita para referendar o decreto da abolição da escravatura, tomando medidas a favor do escravo.

Em 10 de Junho de 1837 pede a demissão do seu Governo, voltando a chefiar novo Governo em 10 de Agosto. Fez também parte dos governos presididos pelo duque de Loulé.

Sá da Bandeira foi um dos mais importantes defensores do liberalismo e da «Pátria». Encabeça o movimento setembrista na luta contra o Cartismo. Todas as opções que fez na sua vida foram feitas em consonância com os ideais que defendia.

Sá da Bandeira foi simultaneamente, militar e homem de Estado. A sua coerência e tenacidade determinada no que se empenhava, valeram-lhe o reconhecimento geral do público. Herculano considera-o «o português mais ilustre do seu século».

As suas concepções políticas em relação à abolição da escravatura e da política económica ultramarina foram muito importantes para o desenvolvimento das colónias (hoje países de direito e de facto). Preconizava construir outro Brasil em África, com vista a incrementar o desenvolvimento, valorizando o solo, a mão-de-obra, expandindo o povoamento branco, mas sujeito a regras que respeitassem o «modus vivendus» das populações locais. Tudo isto iria trazer riqueza suficiente para tirar o País do marasmo económico em que se encontrava depois das guerras civis.

Por defender tais ideais, foi por muitos abandonado, criticado e censurado, mas não desistiu, nada o fez desistir, nem a própria deficiência. Lutou pela «pátria», e pela independência, pelos valores liberais, pela liberdade política, pela igualdade social. Só a morte o fez desistir. Morre a 6 de Janeiro de 1876 em Lisboa, sendo levado para Santarém, sua terra natal, onde é sepultado.

PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA DA ADFA

HORROR À GUERRA

Querida Ana:

Devo dizer-te desde já que não te acho nada criança por teus horrores à guerra. Bem pelo contrário, eu que sou homem e, infelizmente, já a conheço bem, mesmo depois de estar afastado dela há vários anos, ainda salto só de ouvir qualquer barulho súbito e violento.

Querida Ana, do escuro e da noite não tenhas receio. Se te lembrares dos tempos em que não estavas aí e não enfrentavas esse homem da guerra, até chegas à conclusão que a noite tem grande beleza. Pelo menos aquelas grandiosas noites que com os nossos amigos passámos juntos antes de nos deixares.

Ana, quero lembrar-te que após a tua partida também eu já conheci a dolorosa experiência da guerra, e conheci-a do pior modo possível.

Também eu, como o teu pai, já sou quase «um velho soldado», só que eu tive como já sabes, a experiência dos que sofrem os resultados da guerra na própria pele. É pois com esse conhecimento que te digo que essa como as outras guerras também terminará, esperemos que breve, muito, muito breve.

Até porque as saudades que tenho de ti são muitas e grande é a vontade de te abraçar. Desejo que, quando receberes esta minha mensagem, a «Paz tenha vencido» e a guerra acabado.

Francisco José Santos Brás

Aluno do Ciclo Preparatório da A.D.F.A.

UM RAPAZ E DUAS RAPARIGAS

Era uma vez um rapaz e duas raparigas.

O rapaz estava a namorar com duas raparigas.

Estas duas raparigas não viviam juntas. Uma delas vivia numa cidade muito longe e outra vivia numa cidade junto com o rapaz.

Um dia a rapariga chegou, encontrou o rapaz que já estava à sua espera.

— Bondia querido.

— Bondia querida, então vamos para a minha casa. E foram.

Quando chegaram à casa encontraram-se com outra rapariga sentada na cama à espera do rapaz.

— Olá querido para onde tinha ido desde manhã?

Ele explicou-lhe.

— Então porque não me quer responder?

— Por nada!

— Quem é esta rapariga? O que ela veio cá fazer?

Não me diga que é a sua namorada.

— Não.

— É mentira. Julga que não sei que ela é a sua namorada mas por que não me disseste que tens alguém com quem namorar.

Diga-me lá a verdade, está a namorar com ela?

— Sim.

— Então fica com ela, eu vou-me embora.

— Para onde vai?

— Vou para a minha terra. Já não posso mais continuar a estar consigo tenho que ir hoje.

Espera amanhã tenho uma coisa a falar consigo.

— Já é tarde, adeus.

— Então vou-te acompanhar. O rapaz acompanhou-a. Amanhã fica à minha espera, vou falar contigo.

— Está bem disse a rapariga.

No momento que eles estavam a falar apareceu uma pomba à frente deles, logo o rapaz apanhou uma pedra para matar essa pomba.

A pomba disse-lhe:

— Se me matares, a namorada que te está a acompanhar vai falecer, também se não me matares, morre a namorada que deixaste em casa.

O rapaz ficou atropalhado, não podia atirar a pedra, nem deixar de a atirar.

Por que ele não queria que nenhuma destas duas raparigas fosse morta por sentimento de amor.

Agora pergunto eu se fosses tu como que teria de fazer?

Mando Baldé

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO DO PORTO

Nos termos do artigo 48.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária da Delegação do Porto, da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, para o dia 31 de Março P.F., tendo como ponto único da Ordem de Trabalhos:

— Apreciar e votar o relatório de actividades e contas da DD e respectivo parecer do CFD, relativos à gerência do ano findo.

A assembleia reunirá, às 14H00, nas instalações da Delegação — R. Pedro Hispano, n.º 1105, 4200 PORTO — ou meia hora depois, se não estiverem presentes mais de metade dos associados.

Porto, 9 de Março de 1984

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL DA DELEGAÇÃO

(António da Silva Reis dos Santos)

TOYOTA DYNA — SÓCIO VENDE

CAMIONETA TOYOTA DYNA 3500 Kg
C/ALUGUER 50 Km — LISBOA

TEL. 73 54 84 - 54 25 70

VIDA ASSOCIATIVA — DELEGAÇÕES

DELEGAÇÃO DE COIMBRA

10.º Aniversário de 25 de Abril em Coimbra

A Secção de Dinamização Cultura e Desporto

Este ano irá comemorar-se em Portugal a passagem de 10 anos desde a data da revolução de Abril. Como tudo na vida, nem sempre se pode agradar a gregos e troianos. Queremos dizer com isto que para alguns esta data significa a lembrança de um autêntico pesadelo com o qual quase ainda não acreditam. Para outros, para a maioria, o 25 de Abril de 1974 foi o renascer da esperança e o alvorecer da dignidade, da confiança e da liberdade. Para nós, Deficientes das Forças Armadas, a data significa acima de tudo a maravilhosa recordação do fim da assassina guerra colonial que durante anos matou e deficientou tantos homens, enlutou milhares de lares e aniquilou várias gerações.

É por esta razão que qualquer tentativa de rotular o 25 de Abril com esta ou aquela formação política, deverá merecer de todos nós total repúdio, pois o 25 de Abril somos nós povo, nós somos o 25 de Abril.

Como habitualmente a Delegação de Coimbra da ADFA irá fazer parte da Comissão Organizadora do 25 de Abril em Coimbra, juntamente com outras organizações de índole popular, desportiva recreativa e cultural. Embora o programa ainda não esteja definitivamente elaborado, é objectivo da Comissão Promotora fazer do 10.º aniversário do 25 de Abril, não a simples e natural comemoração de uma efeméride que se apagará com a noite, mas o início de uma madrugada brilhante que se prolongará durante todo o ano de 1984. É grande objectivo da Comissão Promotora não deixar que o 25 de Abril se resume àquele dia. Existe a vontade de recomençar a faina iniciada durante as negras noites do fascismo. A nossa Associação, símbolo vivo da força e vitalidade do 25 de Abril irá dar o seu contributo efectivo para que o povo português não se esqueça que houve uma guerra que tivemos de pagar com sangue, suor e lágrimas. Sem preconceitos, sem medo de falsas interpretações iremos estar na 1.ª fila de combate. Aqueles que interpretarem esta atitude sob o prisma da má fé, que se remetam à sua condição de deslocados do esquema democrático.

Aproveitando o facto de estar directamente empenhada nas comemorações do 25 de Abril, a Delegação de Coimbra da ADFA irá aproveitar a ocasião para fazer incidir a sua contribuição sobre a passagem do 10.º aniversário da nossa Associação, pois uma e outra data estão directamente ligadas.

Descontos especiais

em estabelecimentos de sócios

Todos não somos demais para trabalhar em prol dos interesses dos associados da ADFA. Foi nesta base, que a Secção de Dinamização da Delegação de Coimbra convocou os associados nela inscritos actualmente estabelecidos por conta própria nos mais variados ramos de actividade.

DELEGAÇÃO DE VISEU

FUNCIONAMENTO ESPECIAL DA DELEGAÇÃO

Conforme tem sido noticiado no «ELO» a Delegação de Viseu tem em vigor um horário de funcionamento especial que consiste em manter os seus serviços em funcionamento pleno todas as sextas-feiras das 18 às 20 horas e aos primeiros sábados de cada mês na parte de manhã, das 10 às 12 horas. Desse modo, os associados ou indivíduos com processos pendentes, podem deslocar-se aos serviços da Delegação no horário atrás citado sempre que de todo não seja possível fazê-lo dentro do horário normal.

APOIO SOCIAL

O serviço de apoio social tem sido bastante solicitado como, aliás, sempre o foi e tem sido esse o baluarte da importância da existência desta Delegação. Ultimamente, o volume de expediente tem aumentado sensivelmente. E não é só devido ao processo de inscrição nas ADM'S. É bastante diversificado a gama de assuntos que nos são colocados diariamente. Até agora tem sido possível o seu escoamento. E no futuro? Como vai ser? Quais as vantagens e finalidades da redução do quadro de pessoal das Delegações? Que estudos existem sobre o seu funcionamento e necessidades? São questões em que há que reflectir muito seriamente e que devem ser discutidos amplamente pela massa associativa.

O orçamento aprovado para o ano em curso, na quase totalidade das Delegações vai trazer largos prejuízos para os sócios no que respeita às contra-partidas que elas podem dar a quem delas se socorre para tratamento dos seus assuntos inerentes à sua condição de deficiente. Por nossa parte, tudo faremos para ultrapassar os obstáculos com que nos deparamos. Mas, tudo tem um limite. A redução do quadro de pessoal nesta Delegação imposto em dois trabalhadores não é justo e não se coaduna com o volume de trabalho existente. Que fazer quando eles já não tiverem condições de escoar todo o expediente? A solução imediata será remeter os processos para a Sede cujos assuntos não seja possível dar-lhe o respectivo tratamento. Mas, isso será o ideal? Pensamos que não, mas proceder-se-á de acordo com as situações. Por que será que se pretende sobrecarregar os sócios com um aumento do valor das quotas tão elevado e se pretende reduzir a capacidade de resposta das Delegações quando os sócios a elas se dirigem? Que resposta damos quando os sócios a elas se dirigem? Que resposta damos quando os sócios a elas se dirigem? Que resposta damos quando os sócios a elas se dirigem?

Em cerca de três meses, efectivámos a inscrição de 220 beneficiários-titulares nas ADM'S, num total de 828 cartões considerados também os seus familiares. Paralelamente a esse árduo trabalho, iam-se redigindo requerimentos para revisão processual, novas JHI e diversos, ia-se tratando de processo para abonos de família, subsídios de casamento e nascimento, de funeral, pensão

A partir desta data, todos os associados da ADFA devidamente credenciados com o seu cartão de sócio, poderão fazer compras ou utilizar os serviços das seguintes casas com descontos especiais:

FOTO CINEARTE, RUA VISCONDE DA LUZ — COIMBRA
VELOCIPÉDICA DE SANGALHOS, EIRAS — COIMBRA
OURIVESARIA SILVESTRE, RUA EDUARDO COELHO — COIMBRA

Recordamos que todas estas firmas são propriedade de camaradas deficientes inscritos na Delegação de Coimbra.

Pretendendo sempre e acima de tudo trabalhar para a dignificação do deficiente, não queremos de forma alguma utilizar este modo de actuação apenas para que o sócio pague menos nas suas compras. Continuamos a ter presente que a dignificação do deficiente passa essencialmente pela sua emancipação total nos campos da cultura, trabalho, desporto, etc. Reconhecemos no entanto que da forma que se encontra a carístia de vida em Portugal, tudo o que se fizer para aumentar o cada vez mais débil poder de compra dos cidadãos sem recorrer às tradicionais e horrorosas formas de caridade, é bom. No entanto, importante para nós será o facto de, a partir de agora passar a haver uma nova forma de contacto entre deficientes. O que compra e o que vende. Consideramos ser esta uma forma positiva de contacto, que reforçará sem dúvida os laços de amizade tão necessários na nossa Associação.

Divulgação da ADFA

Empenhada decididamente na divulgação da ADFA, a Secção de Dinamização Cultura e Desporto da Delegação de Coimbra, em colaboração com o núcleo de Amigos do Elo, irá organizar mais um concurso de pesca desportiva a realizar no dia 6 de Maio na Figueira da Foz no local denominado «Os Barracões», e para o qual já temos a necessária autorização do Porto da Figueira da Foz através da sua capitania.

Para esta prova poderão inscrever-se todos os amantes de tão salutar modalidade, contribuindo assim através da s/ participação para a passagem de um dia de são convívio entre concorrentes e não só.

Estarão em disputa vários prémios para os melhores classificados colectiva e individualmente.

Todos os camaradas e assinantes do nosso jornal que quiserem concorrer, poderão fazer a sua inscrição nos serviços da Delegação de Coimbra, pessoalmente ou através do telefone 27712.

Para concorrer a este concurso não é necessário ter qualquer tipo de licença. Basta ter o indispensável para a prática da modalidade. Mais para o fim do ano, então sim, iremos realizar o concurso de pesca anual, mais concretamente no dia 18/11/84, prova só aberta a federados e integrada no calendário oficial de concursos de pesca desportiva de rio da Associação Regional das Beiras de Pesca Desportiva de Rio.

de preço de sangue, inscrição na Manutenção Militar, devolução de centenas de cartões dos SSFA, regularização de quotas, informação a centenas de sócios sobre as mais variadas questões, atendimento na cantina e no bar, contactos externos com Entidades Cívicas e Militares, aquisição de senhas de gasolina (2.500 contos no ano), tratamento de elementos contabilísticos, obtenção de cartões de DFA e em serviço, envio ao seu destino de dezenas de certificados de matrícula, pedidos de centenas de declarações para fins diversos, etc., apoio directo na reabilitação, encaminhamento de sócios amputados para o Porto e Lisboa ou portadores de doenças para os respectivos centros hospitalares, etc., etc.

É ESTA A DELEGAÇÃO DE VISEU ESTÁ AQUI A NOSSA FORÇA

Voltando à questão da Assistência Médica, lembramos que esta Delegação está apta a promover o preenchimento de toda a documentação inerente à inscrição nas ADM'S, seu envio às entidades respectivas e remessa dos cartões depois de prontos. Do mesmo modo, estamos aptos a tratar das questões relacionadas com a obtenção de comparticipações nas despesas ocorridas. Assim, os beneficiários das ADM'S, após terem procedido de acordo com as circulares que temos enviado e com alguma informação do Jornal «ELO», podem enviar-nos os documentos de despesa (recibos de consulta, de análises clínicas e exames radiológicos, de tratamento, de internamento, de próteses, etc.) que nós procederemos à sua classificação e obteremos a respectiva comparticipação junto das ADM'S ou do RIV, com o qual existe um acordo nesse sentido. A respectiva importância será canalizada para os beneficiários directamente da Delegação através de cheque nominal.

CANTINA

Atingido o fim do ano, verificou-se ter o volume de vendas da cantina e bar ultrapassado os 1.500 contos, valor demonstrativo da importância que a iniciativa vai começando a representar para o futuro da Delegação. Com uma margem de comercialização reduzidíssima e, nalguns produtos nula, mesmo assim, o saldo foi positivo. Através do alargamento da gama de produtos e, não sendo considerados alguns de 1.ª necessidade, portanto, alvo de uma margem de comercialização um pouco mais sensível, mas, sempre muito abaixo do preço praticado no comércio em geral, será possível, em 1984, pensar-se em ser a cantina capaz de atenuar algumas despesas, forçosamente necessárias, com o funcionamento da Delegação. Ao abastecerem-se na cantina, os sócios estão a ser duplamente beneficiados, adquirem produtos a preços mais reduzidos e contribuem, embora parcialmente, para a manutenção da estrutura da Delegação.

DELEGAÇÃO DE SETÚBAL

SECÇÃO DE FOTOGRAFIA

Encontra-se já a funcionar desde o passado dia 24/2/84 a nossa Secção de Fotografia.

Estamos habilitados não apenas a vender rolos de todos os tipos como a aceitar trabalhos de revelação e reprodução. Os preços que praticamos não têm concorrência, pelo que aconselhamos os sócios a servirem-se de mais este nosso serviço.

SECÇÃO DESPORTIVA

Por forma a darmos continuidade ao trabalho iniciado no ano passado, precisamos de sócios animadores para as modalidades de Ténis de Mesa, Futebol de Salão e Pesca Desportiva.

Precisamos fomentar a prática desportiva. Oferece-te para colaborar nestas ou noutras áreas.

Recebemos-te de braços abertos.

BIBLIOTECA

Dada a catástrofe que nos atingiu no final do passado mês de Novembro, com as cheias devastadoras que afectaram Setúbal, a nossa biblioteca ficou totalmente destruída.

Daqui vai o nosso apelo, no sentido de ofereceres à Delegação livros que permitam relançar aquela nossa iniciativa.

Cá esperamos a tua contribuição.

CÂMARA DO BARREIRO CEDE INSTALAÇÕES À APD

A Câmara Municipal do Barreiro decidiu ceder a título gratuito e definitivo, as instalações sítas na Praceta D. Duarte, no Barreiro, à Associação Portuguesa de Deficientes.

Estas instalações tinham vindo até aqui a ser ocupadas por

aquela associação com carácter provisório. Esperamos que esta medida da edilidade barrensense venha a ter por parte dos deficientes desta região o aproveitamento respectivo. A delegação da APD no Barreiro os nossos parabéns e votos de bom trabalho.

SÓCIOS FALECIDOS



No passado mês de Janeiro faleceu o nosso associado n.º 1346, José Luciano, Pensionista de Preço de Sangue na sequência da morte em combate de seu filho, no dia 9 de Junho de 1970, quando cumpria o serviço militar obrigatório na Guiné, integrado na C. Caç. 2614.

No passado dia 25 de Janeiro faleceu quando se encontrava internado, com baixa, devido ao agravamento da doença que era portador, o nosso associado n.º 8251, Arsénio Pires Melo Ramalho, morador no Barreiro.

O referido sócio havia adquirido a sua deficiência em serviço de campanha, exercia a profissão de Motorista e era pai de dois filhos.



Faleceu em 29 de Janeiro passado, Augusto Luís Garcia Guerra, sócio n.º 6289, pai do ex-alferes-miliciano Vítor Garcia Guerra (filho único), morto em combate em 11/3/68, em Moçambique.

O nosso consócio faleceu em sua casa vítima de uma doença de que vinha sofrendo há algum tempo.

Aos familiares dos sócios falecidos apresentamos os nossos sentidos pêsames.

COIMBRA

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL

Irão realizar-se várias provas desportivas, enquadradas num vasto programa elaborado pela Comissão Promotora, da qual faz parte a ADFA, representada pela nossa delegação de Coimbra.

Das provas a realizar consta um jogo de basquetebol c/cadeiras de rodas, estando confirmada a presença da equipa principal da nossa Associação, jogo que se realizará pelas 11.00 horas.

Está previsto uma demonstração e divulgação na modalidade de Natação, onde uma equipa de natação da ADFA, irá apresentar as potencialidades dos deficientes para a prática do desporto.

Convidamos todos os sócios a apoiar estas actividades, pois com a sua presença irão tornar esta jornada mais aliciente.

DESPORTO

ESCOLA DE XADREZ INAUGURADA NA ADFA

Iniciou-se na data prevista (15 de Fevereiro) o curso de xadrez, sob a orientação obsequiosa do mestre da FPX, Vasco Santos, na sala de jogos da ADFA. Após apresentação do leccionador, do que se incubiu o nosso camarada e também xadrezista, Armindo Roque, Vasco Santos começou com uma breve introdução do que é o xadrez, nos múltiplos aspectos históricos, desporto e arte, detendo-se depois em algumas noções estratégicas do jogo, desde a abertura.

Explicando erros que não se devem cometer, apresentou algumas «cidades», que despertaram o maior interesse até de alguns jogadores já mais evoluídos. Para os nossos leitores que conhecem a notação de xadrez para reconstituir partidas (vide diagramas n.º 1), reproduzimos aqui a manobra que suscitou maior curiosidade e debate:

1. e4 e5 2. Cf3 Cc6 3. Bc4 Cd4 (não aconselhável, por-

que as brancas devem tomar o cavalo) 4. Cxe4 (pésimo lance que ganha um peão mas perde a partida) Dg5! 5. Cxf7 (com «duplo» à dama e torre, também não servindo Bxf7 + por causa de Re7, mantendo a dupla ameaça de tomar o Ce5 e o Pg2) Dxc2 6. Tf1 De4 + 7. Be2 Cf3 mate!

A sessão da semana seguinte foi dedicada à aprendizagem dos presentes que não sabiam jogar, enquanto os demais se exercitavam em jogos práticos, dispondo-se o mestre a atender quaisquer consultas dos jogadores. Os iniciados aprenderam a marcha das peças e para exemplificação prática logo jogaram as suas primeiras partidas.

O curso fica interrompido até à primeira quarta-feira de Abril, dado que Vasco Santos — que é também jogador activo, além de árbitro e organizador de torneios — participa no I Grande Prémio TAP e no campeonato nacional de veteranos.

ELO ensina a jogar

Tal como anunciamos nos últimos números, o nosso jornal acompanha esta iniciativa de instruir xadrez na ADFA, reproduzindo aqui lições, a começar com a marcha das peças.

Com a amável aquiescência do autor do melhor livro para principiantes — *Xadrez*, do eng. António E. da Silva Abrantes — bem como da *Texto Editora*, transcrevemos excertos sobre a ma-

Esta é a posição inicial das peças e peões. Para reproduzir uma partida, usa-se uma notação em que o tabuleiro é numerado como mostra o diagrama. A confluência dos números e letras indica a casa do tabuleiro para a qual joga a peça descrita



No curso de aprendizagem e noções de xadrez, na ADFA: enquanto mestre Vasco Santos institui simultaneamente dois iniciados, outros principiantes mais conhecedores do jogo exercitam-se a jogar entre si

TORNEIO DE NATAÇÃO NO PORTO

O Centro de Reabilitação Vocacional do Porto, (CRVP) estabelecimento integrado no Centro Regional de Segurança Social do Porto, tem por finalidade, a reabilitação de Deficientes, visando a sua integração socioprofissional.

Além das actividades específicas à formação profissional, o CRVP promove outras actividades que visam uma integração social equilibrada e que permitam ao deficiente, situar-se de um modo correcto na sua vida futura. Com este objectivo realizar-se-á nos dias 7 e 8 de Abril, na piscina do Futebol Clube do Porto, o 2.º Torneio de Natação, aberto a todos os trabalhadores maiores de 18 anos, não federados ou ex-federados que não tenham competido oficialmente há mais de dois anos.

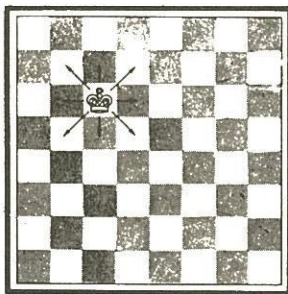
Esta iniciativa representa uma tentativa de *desporto integrado* muito louvável, permitindo que deficientes e não deficientes confraternizem, praticando desporto lado a lado.

Aos nossos leitores que queiram informação mais pormenorizada sobre o assunto podem dirigir-se ao CRVP, na Rua Costa Cabral, n.º 90 — 4200 Porto.

téria com os diagramas adequados.

O REI — Esta peça pode mover-se em todos os sentidos, mas deslocando-se uma só casa de cada vez, isto é, move-se em todas as direcções, colunas, filas e diagonais, recuando ou avançando desde que essa casa não esteja ameaçada por peça contrária (vide diagrama 2).

MOVIMENTOS DO REI

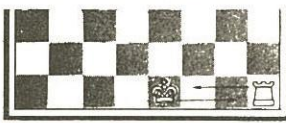


N.º 2

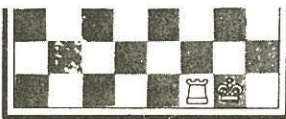
O roque é uma transferência do rei completada pela de uma torre, contando com uma só jogada e é executada da seguinte forma: o rei abandona a sua casa inicial para ocupar sobre a mesma fila, qualquer das duas casas mais próximas da mesma cor (à direita ou à esquerda), deslocando-se a torre para a casa que o rei acaba de transpor.

Considera-se «pequeno roque» o movimento do rei com a torre mais próxima, em que ambas as peças percorrem a distância de duas casas e «grande roque» o movimento do rei com a torre mais distante, em que esta percorre três casas (diagrama n.º 3 e 4).

PEQUENO ROQUE DAS BRANCAS



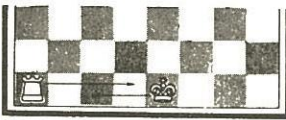
ANTES



DEPOIS

N.º 3

GRANDE ROQUE DAS BRANCAS



ANTES



DEPOIS

N.º 4

O roque não se pode efectuar se, para qualquer dos lados, o rei ou a torre tenham sido já removidos da sua posição inicial.

O roque está momentaneamente impedido:

— se a casa inicial do rei ou a que deve transpor ou a que deva ir ocupar estejam ameaçadas por peça contrária.

— se houver qualquer peça entre o rei e a torre que faz parte deste lance.

(Falaremos no próximo número do xeque ao rei).

RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO SOB A ORIENTAÇÃO DO GABINETE ESPECIAL DO ISEF

Encontra-se em funcionamento no Estádio Nacional, entre as 10 e as 11.30 horas de todos os sábados, uma actividade de manutenção física para deficientes, a concentração terá lugar a partir das 9.45 horas na cantina do ISEF.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE DESPORTO PARA DEFICIENTES

Realizou-se no passado dia 9 do corrente mês uma reunião na DGD por iniciativa da ADFA com a finalidade de se fazer o ponto da situação sobre a FPDD.

Estiveram presentes além da ADFA, a APACDM, Liga de Deficientes Motores, Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, Associação de Cegos Luís Braille e CRM de Alcoitão. A reunião foi dirigida pelo responsável do pelouro de Deficientes da DGD, prof. Roque.

As associações presentes concluíram da necessidade da criação de uma estrutura federativa, tendo para o efeito sido marcada nova reunião para o dia 4 de Abril afim de se proceder à necessária alteração ao projecto de estatutos pois o anterior projecto foi elaborado em 1979 encontrando-se em certa medida desactualizado.

DIA 5 DE MAIO DESLOCAÇÃO A ALMEIRIM

Convívio desportivo em Almeirim organizado pela D. G. D. de Santarém, inicialmente marcado para 17 de Março, foi adiado para o dia 5 de Maio.

No âmbito desportivo fará parte um encontro de basquetebol com cadeiras de rodas, entre as equipas ADFA-ALCOITÃO.

AULAS DE NATAÇÃO

Aos sócios que estejam interessados em aprender a nadar, podem fazê-lo no Instituto Nacional de Desportos, todas as terças e quintas, das 19.00H às 21.00H.

Estas aulas são feitas especialmente para deficientes e são ministradas por técnicos devidamente qualificados.

As inscrições podem ser feitas no IND, Rua Almeida Brandão, 39 ou na secção de Desportos da ADFA.

Recomeçaram as aulas de natação infantil às terças e quintas das 10 horas às 12 horas, na piscina municipal da Penha de França.

Para mais informações podem dirigir-se à Secção de Desportos.

1.º CAMPEONATO NACIONAL DE DESPORTO PARA PARALISIA CEREBRAL

Realizou-se nos passados dias 3, 4 e 5 de Fevereiro, no Estádio Nacional o 1.º Campeonato Nacional de Desporto para Paralisia Cerebral, organizado pela Secção Desportiva da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral.

Participaram neste campeonato cento e dez atletas vindos das mais variadas regiões do país, tendo praticado as mais diversas modalidades: atletismo, slalon, halterofilismo, club, kick ball, ténis de mesa, ciclismo, futebol para além de demonstrações de hipismo.

Os resultados do Campeonato ainda não foram divulgados, são no entanto reconhecidos pela Cerebral Paralysis International Sports Recreation Association a cujas normas obedeceram as provas. Cerca de 15 atletas atingiram os mínimos considerados suficientes para participar em provas internacionais, como a que se irá realizar em

Nova Iorque, no próximo Verão, os Jogos Internacionais de Desporto para Deficientes. A APPC está a envidar todos os esforços, junto de entidades oficiais e particulares, para tornar possível a participação portuguesa.

Os jogos revestiram-se de grande animação e foi deveras gratificante poder observar a forma como estes deficientes

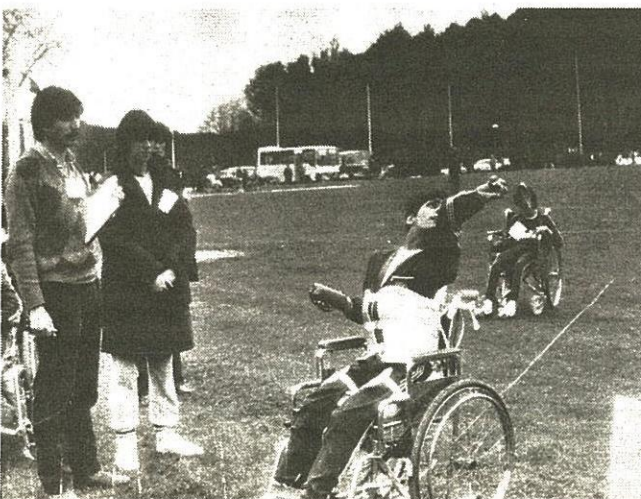
se comportavam no terreno, fazendo movimentações que, atendendo ao estilo de deficiência, nunca imaginávamos que eles pudessem efectuar se o não tivéssemos visto com os nossos próprios olhos. Um dos atletas António José Mateus bateu o record do mundo do lançamento à distância, ao lançar um saco de 150 grs. a 10,27 MTS.

Estas modalidades requerem uma grande es-

pecialização para o controlo da sua prática e classificação das categorias consoante o grau de paralisia.

Desporto para todos

A realização deste encontro reveste-se da máxima importância para a evolução dos desportos para deficientes em Portugal uma vez que, aponta para objectivos mais altos como sejam, conseguir que o desporto para deficientes se organize e federe em Portugal, por forma a que todos os deficientes que não de paralisia cerebral, possam competir nacional e internacionalmente, esta é, segundo afirmação de Cristina Louro, Presidente da Comissão Organizadora, a terceira e última etapa, de uma caminhada que foi iniciada em 1977, com a realização em Portugal do 1.º Seminário Internacional de Desporto para Deficientes.



Deficiente de paralisia cerebral praticando «lançamento» no Estádio Nacional

PROJECTO DE LEI ORGÂNICA DO SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO EM DISCUSSÃO PÚBLICA

Está a ser analisado pela Associação de Deficientes um projecto de lei orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação.

Depois de este projecto ter sido enviado às Associações pelo Secretariado, realizou-se, na sede deste organismo, em Lisboa, no passado dia 9 de Março, uma reunião que contou com a presença de representantes de diversas organizações de deficientes. O ponto fundamental desta reunião e que mais despertou a atenção dos presentes foi exactamente a análise do projecto da nova lei orgânica. Para além de informações de ordem genérica dadas pelo Secretariado, foi também apresentado o Plano de Actividades para 1984, a que mais adiante nos referimos.

A elaboração de um novo projecto de lei orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação veio culminar todo um processo que a ADFA tem acompanhado muito de perto e de forma muito interveniente.

A primeira lei orgânica do Secretariado consta do Decreto-Lei n.º 346/77, cujo projecto foi elaborado por um grupo de trabalho de que fez parte um representante da ADFA. A forma como foi concebido o organismo central da reabilitação correspondeu, na altura, em muito, ao que a ADFA vinha reivindicando, nomeadamente a transformação da inoperacional Comissão Permanente de Reabilitação num órgão operante e com capacidade de intervenção no domínio da reabilitação.

O Secretariado Nacional de Reabilitação, nos moldes em que foi concebido, arrancou e afirmou-se minimamente, mas logo revelou insuficiências na sua orgânica. Assim, em Maio de 1981, no seu 2.º Congresso, a ADFA manifestava a necessidade de alargamento do Conselho Nacional e reforço das suas competências, bem como da regionalização do Secretariado.

Em Setembro de 1982, o Decreto-Lei n.º 355/82, da

autoria do cor. Vilalobos, não só ignorou estas pretensões da ADFA, como esvaziou totalmente de conteúdo o Secretariado, retirando os poderes deliberativos do Conselho Nacional, entre outras alterações.

A ADFA reagiu energicamente, tendo-se conseguido que a Assembleia da República discutisse com bastante profundidade o conteúdo daquele decreto.

Em sinal de protesto, a ADFA deixou de participar nas reuniões do Conselho Nacional de Reabilitação, agora um mero órgão decorativo, enquanto o Conselho não recuperasse os seus poderes deliberativos.

Com a substituição do cor. Vilalobos pelo actual Secretário Nacional de Reabilitação, Bobelo Mota, foram criadas condições para recuperar a dignidade e operacionalidade do Secretariado. Isso ficou, aliás, garantido logo na tomada de posse do novo Secretariado Nacional.

Este projecto agora apresentado às Associações foi elaborado pelo próprio Secretariado, tendo contado, à partida, com a opinião das organizações de deficientes, auscultadas para o efeito. A ADFA enviou, em Dezembro passado, um primeiro parecer, em que defendeu não só a reposição dos princípios da primeira lei do Secretariado, como propôs a introdução de outros, capazes de dotar este organismo de uma maior capacidade de intervenção no tratamento dos assuntos da reabilitação e dos deficientes.

O projecto agora divulgado contempla no essencial as pretensões da ADFA, tanto as enunciadas no 2.º Congresso, em Maio de 1981, como as constantes do parecer enviado em Dezembro passado.

Depois da reunião de 9 de Março no Secretariado, em que as Associações de Deficientes manifestaram já a sua opinião sobre o projeto, estas deverão ainda enviar o seu parecer por escrito até 31 de Março. A ADFA, que tem acompanhado todo este processo de forma mais participati-

va possível, irá enviar o seu parecer final, com mais alguns contributos e sobretudo apoiando os princípios nele contidos, esperando que em breve a lei orgânica seja publicada no «Diário da República» e produza os efeitos há tanto tempo aguardados pelos deficientes.

PLANO NACIONAL DE ACTIVIDADES DO S. N. R. PARA 1984

Nesta reunião do dia 9 de Março, presidida pelo Secretariado Nacional de Reabilitação, foi apresentado o Plano de Actividades do Secretariado para 1984.

Além da elaboração da Lei de Bases da Reabilitação, um dos objectivos fundamentais a atingir em 1984, destacamos do Plano de Actividades do Secretariado:

— Regulamentação da lei sobre Educação Especial (Lei 66/79).

— Elaboração de projectos de diploma sobre a colocação de deficientes na Função Pública.

— Regulamentação do decreto sobre emprego protegido (Decreto-Lei n.º 40/83).

— Revisão do decreto sobre a importação de veículos automóveis por deficientes (Decreto-Lei n.º 235 — D/83).

— Elaboração de projecto de diploma sobre participação nas deslocações dos deficientes em táxis.

— Realização e dinamização de acções de sensibilização em articulação com serviços centrais e regionais, autarquias e organizações governamentais e não governamentais nas áreas de prevenção, reabilitação e integração.

— Conclusão do estudo de um sistema de identificação de deficiente.

DE 4 A 8 DE JUNHO EM LISBOA

XV CONGRESSO MUNDIAL DA REHABILITATION INTERNATIONAL



Vai realizar-se, na Feira Internacional de Lisboa, entre os dias 4 e 8 de Junho próximo, o XV Congresso Mundial da Rehabilitation International.

Os Congressos da Rehabilitation International vêm tendo lugar de quatro em quatro anos, em diferentes países, cabendo agora a vez a Portugal. Trata-se de congressos onde se reúnem especialistas de todo o Mundo, em matéria de reabilitação, tendo em vista o aprofundamento de questões teóricas. São, pois, congressos altamente especializados, onde os teóricos da reabilitação põem o seu saber em dia.

Parece, assim, estranho que, num país como Portugal, onde a prática da reabilitação ainda não atinou a dar os primeiros passos, se invista tão fortemente na teoria (os encargos com o congresso entrarão em centenas de milhares de contos). Ao mesmo tempo, caracterizando-se a nossa reflexão caseira sobre a reabilitação, neste momento, pela questão de se saber se esta se faz com os deficientes ou para os deficientes, o acolhimento da Rehabilitation International, com todas as pompas, dadas as características desta organização e a prática que vem seguindo, poderá evidenciar uma opção do Governo portu-

guês quanto a política de reabilitação.

Efectivamente, a Rehabilitation International tem sido bastante contestada ultimamente, com reflexos no seu próprio seio, quanto à filosofia da reabilitação que vem perfilhando. Na sua actuação, vem encarando, em termos clássicos, o deficiente como objecto da reabilitação, em vez de sujeito activo desse processo. Este posicionamento, que tem a ver com os largos mas nem sempre sólidos passos dados nos países desenvolvidos, onde as sociedades tiveram capacidade para, em termos económicos e funcionais, fornecerem aos deficientes os apoios mais sofisticados, mas mantendo-os, ao mesmo tempo, como cidadãos diferentes, provocou contradições no próprio seio da organização.

No último congresso, realizado no Canadá, em 1980, assistiu-se a uma forte tomada de posição de representantes de organizações de deficientes, nomeadamente dos países escandinavos. Estes apresentaram uma proposta em que se previa uma maior representatividade dos próprios deficientes no seio da Rehabilitation International. Isso, segundo a proposta, devia ser garantido através de uma maioria (superior a 50%) de delegados do congresso re-

APESAR DA SUA POSIÇÃO CRÍTICA A ADFA VAI ESTAR PRESENTE

presentantes de organizações de deficientes. Igualmente a nível dos órgãos da organização deveria verificar-se essa maioria.

A proposta foi rejeitada. Na sequência disso, viria a ser criada uma organização independente (Internacional das Pessoas Deficientes), fundada em Dezembro de 1981 em Singapura (Malásia).

Esta nova organização não terá, contudo, assumido uma dimensão capaz de apagar ou substituir a Rehabilitation International. Pelo menos, não existem muitos dados sobre a sua actuação para que se possa fazer qualquer juízo.

A realidade portuguesa não se coaduna, pois, muito bem com a realização deste congresso. O «agrement» dado por Portugal para a sua realização em Lisboa remonta a algum tempo atrás, ainda na vigência do anterior governo e do anterior Secretário Nacional de Reabilitação (cor. Vilalobos), que é agora presidente da comissão organizadora do congresso. Trata-se de uma decisão, pois, do tempo em que os deficien-

tes e as suas organizações não eram factor a ter em conta na orientação da reabilitação. A prova está logo em que as Associações de Deficientes não foram consultadas sobre a organização do congresso, não foram convidados para a sua preparação, nem sequer para nele participarem, como organizações.

O Secretariado Nacional de Reabilitação, cujas portas s franquearam novamente aos deficientes, não tem, neste momento, a começar pelo Secretário Nacional, qualquer responsabilidade sobre o congresso. Não se pode, pois, estabelecer qualquer confusão entre os princípios que estiveram na base da organização do congresso e a actual orientação da reabilitação em Portugal.

Uma vez que o congresso se vai realizar deveria explorar-se ao máximo as suas potencialidades em favor dos deficientes. O próprio Secretariado Nacional de Reabilitação, embora não tenha nada a ver com a organização do congresso, deveria estar, e estará com certeza, atento às matérias

em discussão, para depois poder fazer a sua reflexão sobre as conclusões. Mas especialmente atentos deverão estar os deficientes. Seria bom que as organizações de deficientes portugueses fossem capazes, através da participação de representantes seus (embora essa participação seja limitada à partida), dar uma caracterização própria ao congresso, evitando, pelo menos, que o mais «excitante» da deslocação dos delegados estrangeiros sejam os «tours» turísticos.

O tema em discussão presta-se a uma participação activa e produtiva por parte dos deficientes portugueses. Tratando da informação, sensibilização, mudança de atitudes, o congresso tem, justiça seja feita, o grande mérito de parecer ter sido, quanto ao tema, talhado para Portugal.

No estádio em que nos encontramos, no nosso país, são exactamente estes temas que devem ser privilegiados. A reabilitação, em Portugal, está neste momento a dar este importante passo: reconhecimento dos deficientes como realidade social, com a qual tem que se contar no processo da reabilitação e do próprio desenvolvimento da sociedade. A caracterização dessa realidade (ontem um peso morto inspirador de senti-

mentos caritativos) não está ainda seguramente feita, por isso a importância da comunicação entre os deficientes e as outras pessoas. O passo seguinte, impossível, ou pelo menos dado em falso, sem este, é o da reabilitação propriamente dita, nas suas diversas implicações técnicas, desde a recuperação funcional à colocação no trabalho. O pano de fundo — a aceitação por parte da sociedade dos deficientes como pessoas com estatuto de cidadãos plenos —, esse terá que ser garantido, sem o que todos os esforços técnicos e económicos falham, como tem falhado, em parte, em alguns países que investiram a fundo na reabilitação técnica, sem uma correspondente atenção à parte social e humana.

Perante este quadro, a ADFA não poderia deixar de ter uma participação activa no congresso. Estará lá, embora não como organização, o que, infelizmente é impossível, mas com representantes inscritos, para participarem dentro do possível. Estará também com elementos de divulgação da sua própria existência e actividade procurando, de algum modo, dar uma imagem da realidade que são os deficientes em Portugal, e com a qual os outros países também terão já alguma coisa a aprender.